



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 90016/2026

CONTRATANTE (UASG):

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA (070009)

OBJETO:

Contratação do serviço de locação de veículos tipo van, com condutor, para o transporte de urnas eletrônicas, materiais específicos das Eleições de 2026 no Estado da Paraíba e, eventualmente, de servidores diretamente envolvidos nos preparativos e execução das Eleições.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 1.952.057.60 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil e cinquenta e sete reais e sessenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 16/07/2026, às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS:

Não

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:

Não

SUMÁRIO

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 9. DOS RECURSOS**
- 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 13. DO CONTRATO**
- 14. DA FISCALIZAÇÃO, DA GESTÃO DO CONTRATO, DA ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026**

(Processo SEI n.º 0006729-04.2025.6.15.8000)

Torna-se público que o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, sediado na Avenida Princesa Isabel, nº 201, Tambiá, João Pessoa, Paraíba, CEP 58020-528, por meio do Agente de Contratação designado pela Portaria n.º 139/2023, publicada no BAE em 04/04/2023, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN, COM CONDUTOR, PARA O TRANSPORTE DE URNAS ELETRÔNICAS, MATERIAIS ESPECÍFICOS DAS ELEIÇÕES DE 2026 NO ESTADO DA PARAÍBA E, EVENTUALMENTE, DE SERVIDORES DIRETAMENTE ENVOLVIDOS NOS PREPARATIVOS E EXECUÇÃO DAS ELEIÇÕES**, nos termos da tabela abaixo e conforme as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

GRUPO G1 – JOÃO PESSOA

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PERÍODO	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO
1	56	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	168	NVI - JOÃO PESSOA 1º Turno
2	62	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	248	NVI - JOÃO PESSOA 1º Turno
3	56	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	168	NVI - JOÃO PESSOA 2º Turno (se houver)
4	62	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	248	NVI - JOÃO PESSOA 2º Turno (se houver)

Obs.: As vistorias inicial e final serão realizadas no NVI – João Pessoa, localizado Av. Hilton Souto Maior, s/n - Bairro José Américo, CEP: 58073-212, João Pessoa - PB.

GRUPO G2 – CAMPINA GRANDE

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PERÍODO	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO
5	56	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	168	NVI - CAMPINA GRANDE 1º Turno
6	53	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	212	NVI - CAMPINA GRANDE 1º Turno
7	56	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	168	NVI - CAMPINA GRANDE

				2º Turno (se houver)
8	53	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	212	NVI - CAMPINA GRANDE 2º Turno (se houver)

Obs.: As vistorias inicial e final serão realizadas no NVI – Campina Grande, localizado Rua Rio Grande do Sul, s/n, Liberdade, Campina Grande, CEP: 58.414-025.

GRUPO G3 – PATOS

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PERÍODO	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO
9	30	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	90	NVI - PATOS 1º Turno
10	27	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	108	NVI - PATOS 1º Turno
11	30	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	90	NVI - PATOS 2º Turno (se houver)
12	27	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	108	NVI - PATOS 2º Turno (se houver)

Obs.: As vistorias inicial e final serão realizadas no NVI – Patos, localizado na Rua Janúncio Nóbrega, s/n, Bairro Liberdade, CEP: 58703-230.

GRUPO G4 – POMBAL

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PERÍODO	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO
13	9	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	27	NVI - POMBAL 1º Turno
14	11	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	44	NVI - POMBAL 1º Turno
15	9	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	27	NVI - POMBAL 2º Turno (se houver)
16	11	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	44	NVI - POMBAL 2º Turno (se houver)

Obs.: As vistorias inicial e final serão realizadas no NVI – Pombal, localizado na Rua Profª. Maria Claudete Bandeira de Sousa, s/n, Bairro Petrópolis, CEP: 58.840-000.

GRUPO G5 – CAJAZEIRAS

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PERÍODO	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO
17	31	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	93	NVI - CAJAZEIRAS 1º Turno

18	31	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	93	NVI - CAJAZEIRAS 2º Turno (se houver)

Obs.: As vistorias inicial e final serão realizadas no NVI – Cajazeiras, localizado na Av. Comandante Vital Rolim, nº 820, Centro, CEP 58.900-000.

1.2. A motorização mínima exigida para os veículos dos **Grupos G1, G2, G3, G4 e G5** do objeto decorre da necessidade de transporte de urnas eletrônicas e demais materiais de peso significativo em percursos variados e de características diversas, os quais demandam elevado desempenho do motor.

1.3. A licitação será realizada **POR GRUPO**, nos termos das tabelas constantes no item 1.1 deste edital e no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO** e o regime de execução do objeto será o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico quaisquer interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item **2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o

microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Da forma de contratação:

2.6.1. A Contratada deverá fornecer a relação dos veículos a serem disponibilizados para os serviços, com critérios a seguir: nome do motorista, tipo de veículo, placa do veículo, endereço e telefone do motorista. Havendo 2º turno e alguma alteração a Contratada deverá atualizar os dados 72 horas antes do início dos serviços.

2.6.2. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa n.º 1, de 19.01.2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.6.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato;

2.7. Critério de Sustentabilidade:

2.7.1. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n.º 08/1993, n.º 17/1995, nº 272/2000 e n.º 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

2.7.2 Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

2.7.3 A comprovação do aqui estabelecido poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6. pessoa física, posto que, como a contratação exigirá estrutura mínima, com equipe de profissionais para a execução do objeto, verifica-se ser incompatível a execução do objeto por pessoa física, nos termos do [artigo 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa n. 116/2021-SEGES/ME](#).

- 2.8.7. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.8.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.8.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.10. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição (conforme jurisprudência do TCU, acórdão n.º 2.898/2012 – Plenário, a vedação à participação de consórcio nesta licitação prende-se ao fato de que esta não envolve questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que as empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital;
- 2.8.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.13. empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, salvo se apresentar a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, ou decisão judicial que a desobrigue da apresentação da certidão negativa, ou, ainda, comprove a capacidade econômico-financeira da empresa (conforme jurisprudência do STJ no Resp. n.º 1173735/RN.T4 e no AgRg na MC n.º 23.499/RS.T2, do TCU no Acórdão n.º 8.271/2011 – 2.ª Câmara e da AGU no Parecer 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, exarado no Processo n.º 00407.000226/2015-22);
- 2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.10. O impedimento de que trata o item **2.8.7.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.8.4.** e **2.8.5.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.13. O disposto nos itens **2.8.4.** e **2.8.5** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.15. A vedação de que trata o item **2.9**, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei; constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens **4.3, 4.6 ou 4.8** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, **sendo vedado:**

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **4.13**. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, **no sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

5.1.1. O VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM E TOTAL DO GRUPO;

5.1.1.1. Não serão permitidas ofertas parciais, em relação aos quantitativos totais fixados para os **ITENS/GRUPOS**;

5.1.1.2. Caso o valor total e/ou os valores unitários decorrentes do preço total proposto contenham mais de duas casas após a vírgula, as casas decimais excedentes serão desconsideradas pelo(a) pregoeiro(a), ainda que seja reduzido o preço total do Item, sendo esta alteração considerada uma negociação.

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Modelo (se houver);

5.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, Anexo I do Edital;

5.1.6 - em caso de participação sob a forma de COOPERATIVAS, estas deverão encaminhar, juntamente à proposta:

5.1.6.1 - modelo de gestão operacional que contemple as diretrizes estabelecidas no art. 10 da Instrução Normativa n.º 05 – MPDG, de 26/maio/2017, o qual servirá como condição de aceitabilidade da proposta;

5.1.6.2 - declaração de que o serviço contratado será executado, obrigatoriamente, pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação;

5.1.6.3 - não será admitida a contratação de cooperativa cujo estatuto e objetos sociais não prevejam ou não estejam de acordo com o objeto contratado.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo constante na proposta de preços do produto, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba poderá solicitar a prorrogação da validade por, no máximo, igual período.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.10.1. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR TOTAL DO GRUPO (para os Grupos G1, G2, G3, G4 e G5)**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.10.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.10.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o "**MODO DE DISPUTA ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no

sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19.8. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Resolução CNJ nº 497, de 2023;

6.20.3.1 Para fins do disposto no item **6.20.3**, serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

a) medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

b) ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

c) igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

d) práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

e) programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

f) ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate estabelecidos nos itens **6.20 e 6.21**, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, consoante disciplina o art. 28, parágrafo 2º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo estabelecido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos constantes no **item 7.8** como critério de aceitabilidade.

6.23.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.23.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de até 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **nos termos dos Anexos II do Termo de Referência - TR**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

6.23.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.25. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, **DECLARAÇÃO** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **3.6.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Atendidas as condições de participação do licitante, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou excessivos (permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação);

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

7.8. Considera-se preço excessivo, para fins de desclassificação, aquele que superar **os valores orçados pelo TRE/PB**, conforme tabelas abaixo:

GRUPO G1 – JOÃO PESSOA

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corredeira, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM (A)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS (B)	PERÍODO (C)	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS (D)	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO (E)	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA (F) (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (G) SENDO G = D X F (R\$)
1	56	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	168	NVI - JOÃO PESSOA 1º Turno	808,00	135.744,00
2	62	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	248	NVI - JOÃO PESSOA 1º Turno	808,00	200.384,00
3	56	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	168	NVI - JOÃO PESSOA 2º Turno (se houver)	808,00	135.744,00
4	62	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	248	NVI - JOÃO PESSOA 2º Turno (se houver)	808,00	200.384,00
VALOR TOTAL DO GRUPO G1 (R\$)						672.256,00

GRUPO G2 – CAMPINA GRANDE

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corredeira, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM (A)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS (B)	PERÍODO (C)	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS (D)	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO (E)	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA (F) (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (G) SENDO G = D X F (R\$)
5	56	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	168	NVI - CAMPINA GRANDE 1º Turno	862,40	144.883,20
6	53	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	212	NVI - CAMPINA GRANDE 1º Turno	862,40	182.828,80
7	56	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	168	NVI - CAMPINA GRANDE 2º Turno (se houver)	862,40	144.883,20
8	53	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	212	NVI - CAMPINA GRANDE 2º Turno (se houver)	862,40	182.828,80
VALOR TOTAL DO GRUPO G2 (R\$)						655.424,00

GRUPO G3 – PATOS

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM (A)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS (B)	PERÍODO (C)	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS (D)	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO (E)	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA (F) (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (G) SENDO G = D X F (R\$)
9	30	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	90	NVI - PATOS 1º Turno	862,40	77.616,00
10	27	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	108	NVI - PATOS 1º Turno	862,40	93.139,20
11	30	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	90	NVI - PATOS 2º Turno (se houver)	862,40	77.616,00
12	27	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	108	NVI - PATOS 2º Turno (se houver)	862,40	93.139,20
VALOR TOTAL DO GRUPO G3 (R\$)						341.510,40

GRUPO G4 – POMBAL

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de

transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM (A)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS (B)	PERÍODO (C)	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS (D)	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO (E)	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA (F) (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (G) SENDO G = D X F (R\$)
13	9	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	27	NVI - POMBAL 1º Turno	862,40	23.284,80
14	11	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	44	NVI - POMBAL 1º Turno	862,40	37.945,60
15	9	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	27	NVI - POMBAL 2º Turno (se houver)	862,40	23.284,80
16	11	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	44	NVI - POMBAL 2º Turno (se houver)	862,40	37.945,60
VALOR TOTAL DO GRUPO G4 (R\$)						122.460,80

GRUPO G5 – CAJAZEIRAS

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM (A)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS (B)	PERÍODO (C)	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS (D)	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO (E)	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA (F) (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (G) SENDO $G = D \times F$ (R\$)
17	31	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	93	NVI - CAJAZEIRAS 1º Turno	862,40	80.203,20
18	31	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	93	NVI - CAJAZEIRAS 2º Turno (se houver)	862,40	80.203,20
VALOR TOTAL DO GRUPO G5 (R\$)						160.406,40

7.9. Considera-se **preço manifestamente inexequível**, para fins de desclassificação, aquele que o licitante não comprove a sua viabilidade, quando contestada;

7.9.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.2. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.2.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. A inobservância do prazo fixado pelo TRE/PB para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 – A habilitação do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021, será verificada mediante:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.1.1.1. Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.1.1.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL E SOCIAL:

8.1.2.1. consulta ao **SICAF**, constatando-se a sua regularidade perante a Fazenda Nacional (Certidão de Regularidade de Tributos Federais), Fazenda Estadual (Certidão de Regularidade), Fazenda Municipal (Certidão de Regularidade), Seguridade Social (Certidão de Regularidade – CND) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade – CRF).

8.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:

8.1.3.1. apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa válida (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, podendo-se fazer consulta **"on line"** ao sítio do **TST**.

8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

8.1.4.1. **Declaração** de disponibilidade de veículos, condutores e pessoal de apoio para carregamento/descarregamento adequados à realização do objeto da licitação.

8.1.4.2. **Declaração** de que designará formalmente 01 (um) preposto para atuar permanentemente junto a cada um dos NVI's, com infraestrutura própria de comunicação (telefone móvel e e-mail) e autonomia gerencial, **a partir do dia**

28.09.2026, no horário das 8hs às 18hs, até a data do pleito (1º e 2º turno, se houver), à exceção da véspera e do dia da eleição, quando deverá estar presente durante toda execução da prestação dos serviços.

8.1.4.3. Comprovação de aptidão por meio de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, atestando o desempenho satisfatório de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.1.4.3.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.1.4.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.1.4.3.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.1.5. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

8.1.5.1. apresentação da certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de **90 (noventa) dias** da data prevista para abertura da licitação.

8.1.5.2. apresentação de Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.1.5.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.1.5.2.1.1. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.1.5.2.1.2. os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.1.5.2.1.3. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

8.1.5.2.1.4. caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação a comprovação de patrimônio líquido de 10%(dez por cento) do valor total estimado para a contratação.

8.1.6. **para as cooperativas**, além do atendimento a todas as alíneas do item 8.1, no que couber, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764, de 1971;

b) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;

- c) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) o registro previsto no art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971;
- e) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f) a comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do exercício social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764, de 1971; e
- g) os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - g.1) ata de fundação;
 - g.2) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - g.3) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
 - g.4) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - g.5) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - g.6) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.1.7. **DECLARAÇÃO** de cumprimento do disposto no **art. 3.º da Resolução do CNJ n.º 07, de 18 de outubro de 2005**, com a redação dada pela Resolução n.º 09/2005¹, e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea "a" do Enunciado Administrativo nº 01², podendo ser utilizado o modelo em anexo;

8.1.8. **DECLARAÇÃO** de cumprimento ao disposto no **artigo 4.º da Resolução do CNJ n.º 156 de 08 de agosto de 2012**, podendo ser utilizado o modelo em anexo;

8.1.9. **A documentação exigida para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

8.1.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outros meios hábeis, inclusive eletrônico.

8.1.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.1.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.1.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.1.14. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.1.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.1.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.1.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.1.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.1.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.1.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.1.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.1.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.1.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.1.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.1.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.1.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.1.16.1.**

8.1.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.1.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **30 (trinta) minutos**.
 - 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo administrativo que originou o presente edital (**SEI nº 0006729-04.2025.6.15.8000**) estão com vista franqueada aos interessados, na Comissão Permanente de Licitação, localizada no 3º andar do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, podendo, ainda, o inteiro teor dos autos ser disponibilizado, de forma eletrônica, mediante solicitação endereçada ao e-mail cpl@tre-pb.jus.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021 e da Portaria nº 301/2023 - TRE-PB/PTRE/ASPRE](#), o licitante ou o contratado que:
- 10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 10.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- 10.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- 10.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

10.2. O licitante ou o contratado que incorrer em infração administrativa prevista no item **10.1**, apurada em regular processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. A aplicação das sanções previstas no item **10.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.4. A sanção de advertência será aplicável na hipótese de inexecução parcial do contrato que não implique em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

10.5. A multa será aplicada, isolada ou cumulativamente com outras penalidades previstas no item **10.2.**, ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item **10.1.**

10.5.1. A multa compensatória será calculada na forma prevista no **Contrato, Anexo IV deste edital.**

10.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será obtida observando-se a seguinte ordem:

10.5.2.1. utilização da garantia eventualmente prestada;

10.5.2.2. compensação dos créditos de outros contratos firmados pelo contratado com este Regional, na forma do termo de referência, do edital ou do contrato;

10.5.2.3. por via judicial.

10.5.3. O atraso injustificado na execução do pactuado sujeitará o contratado a multa de mora diária, conforme previsto no **Contrato, Anexo IV deste edital.**

10.5.4. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções dispostas no item **10.2.**

10.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no item **10.2.** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens **10.1.2., 10.1.3., 10.1.4., 10.1.5., 10.1.6. e 10.1.7.,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens **10.1.8., 10.1.9., 10.1.10., 10.1.11. e 10.1.13.,** bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **10.1.2., 10.1.3., 10.1.4., 10.1.5., 10.1.6. e 10.1.7.** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item **10.6.,** e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.8. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a condução de processo de responsabilização por Comissão Permanente de Responsabilização de Licitantes e Contratados - CPRLC.

10.9. Na aplicação das sanções, a autoridade competente considerará:

10.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos nesta última Lei.

10.11. Da aplicação das sanções previstas nos itens **10.2.1, 10.2.2. e 10.2.3.** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

10.11.1. O recurso de que trata o **item 10.11.** será dirigido à Diretoria-Geral, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Presidência, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

10.12. Da aplicação da sanção prevista no item **10.2.4** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo meio do e-mail **cpl@tre-pb.jus.br**

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes da contratação objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento de Pleitos Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba para o exercício de 2026, Programa de Trabalho Resumido - PTRES 167864, Elemento de Despesa 33.90.33, Planos Internos UEL TRANSP1 e UEL TRANSP2 (2º turno, se houver).

13. DO CONTRATO

13.1 – Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar o Contrato, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme art. 90, §1º, da Lei n.º 14.133/21, sob pena das sanções legais previstas neste edital.

13.1.1. Por ocasião da assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – **Cadin** e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

13.1.1.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

13.1.2 – Se o vencedor não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou se recusar a assiná-lo, injustificadamente, a ele serão aplicadas às sanções cabíveis e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, podendo ainda haver negociação direta para obtenção de melhor preço, nos termos do art. 90, §§2º e 4º, da Lei n.º 14.133/21;

13.2 – O Contrato observará a minuta que constitui o **Anexo IV** do presente Edital e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n.º 14.133/21 e ainda pela Lei n.º 8.078/90.

13.2.1 – Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste pregão, bem como as condições estabelecidas neste edital, independentemente de transcrição.

13.3– Para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4.º da IN RFB n.º 1.234/2012, o licitante vencedor deverá, no ato da assinatura do contrato, apresentar à Administração, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da citada Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

13.3.1 – A Administração anexará a 1ª (primeira) via da declaração de que trata o item **13.3** ao processo ou à documentação que deu origem ao pagamento, para fins de comprovação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo a 2ª (segunda) via ser devolvida ao interessado como recibo.

13.3.2 – No caso de pagamento decorrente de contratos de prestação de serviços continuados, a declaração a que se refere o item **13.3** deverá ser anexada ao processo ou à documentação que deu origem ao 1º (primeiro) pagamento do contrato, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, à Administração, qualquer alteração na situação declarada nos Anexos de que trata o item **13.3**.

13.3.3 – A declaração de que trata o item **13.3** poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

14. DA FISCALIZAÇÃO, DA GESTÃO DO CONTRATO, DA ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 Conforme constam no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, do formalismo moderado e do interesse público.

15.9. As empresas contratadas para prestação de serviços com acesso à informações restritas ou sigilosas do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba deverão celebrar, no ato da assinatura do contrato, termo de responsabilidade e confidencialidade das informações, conforme anexo deste Edital;

15.9.1 Os(as) profissionais empregados pelas contratadas referidas no item **15.9** que, na prestação dos serviços, tiverem acesso à informações restritas ou sigilosas do tribunal regional eleitoral da paraíba deverão assinar declaração de ciência do **Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações**, conforme anexo deste Edital, comprometendo-se a cumpri-lo.

15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-contratacoes/licitacoes/licitacoes>.

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e apêndices:

15.12.1. ANEXO I - Termo de Referência - TR (2403358);

15.12.2 ANEXO II - Das Especificações e dos Quantitativos;

15.12.3. ANEXO III - Estudo Técnico Preliminar (2403357);

15.12.4. ANEXO IV - Minuta do Contrato (2411664);

15.12.5. ANEXO V – Modelo de declaração de cumprimento do disposto no art. 3.º da Resolução n.º 07 do CNJ;

- 15.12.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no artigo 4.º da Resolução n.º 156/2012 do CNJ;
- 15.12.7. ANEXO VII - Modelo de Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - Contratações;
- 15.12.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Ciência do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

João Pessoa (PB), 30 de junho de 2026.

ANDREZA ALVES GOMES
PREGOEIRO(A)



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 30/06/2026, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2418267&crc=20A9C4BF, informando, caso não preenchido, o código verificador **2418267** e o código CRC **20A9C4BF..**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026
(Processo SEI n.º 0006729-04.2025.6.15.8000)**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

CONTRATAÇÃO - TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS Nº 05/2025/2026 - TRE-PB/PTRE/DG/SAD/COSEG/SETRAN

CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE URNAS ELETRÔNICAS ELEIÇÕES 2026

1. Das Condições Gerais da Contratação

A contratação visa garantir a logística de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e materiais acessórios para as **Eleições de 2026 no Estado da Paraíba**, assegurando a integridade dos equipamentos e o cumprimento rigoroso do calendário eleitoral.

1.1. Objeto e Escopo Logístico

A execução dos serviços será dividida em três etapas fundamentais, abrangendo zonas urbanas e rurais de difícil acesso:

- **Etapas de Distribuição (Ida):** Recebimento nos Núcleos de Voto Informatizado (NVIs) e entrega nos Locais de Armazenamento Temporário (LATs), Cartórios e Locais de Votação (LVs).
- **Etapas de Recolhimento (Volta):** Coleta das urnas e materiais após o encerramento da votação, mediante autorização das chefias de cartório.
- **Contingência de 2º Turno:** Repetição integral da logística para as cidades e zonas onde houver nova votação, conforme cronograma específico.

1.2. Justificativa do Quantitativo e Modelo de Veículo

Conforme o levantamento realizado via processo **SEI 0006565-39.2025.6.15.8000**, a definição por **332 veículos tipo "Van"** justifica-se pelos seguintes critérios:

- **Capacidade de Carga vs. Agilidade:** As vans oferecem o equilíbrio ideal entre volume de carga para as urnas e agilidade no trânsito urbano e rural.
- **Histórico Consolidado:** O número baseia-se na experiência das Eleições de 2020/2024, ajustada conforme a necessidade reportada pelas zonas eleitorais consultadas.
- **Transporte de Pessoal:** A escolha permite o transporte eventual de servidores e técnicos de urna junto ao material, otimizando recursos.

1º TURNO 2026 – NVI – João Pessoa

Município	Zona Eleitoral	Municípios pertencentes a Zona Eleitoral	Data das entrega das UE 's as ZE	Data da Instalação UE's pela ZE	Qtd. de VAN's 2020/2024	Qtd. de VAN's 2026	Qtd. de Municípios	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias
João Pessoa	1ª	João Pessoa	01/10/26	02 a 03.10	15	15	1		15
Santa Rita (a 3ª ZE)	2ª	Santa Rita / Lucena	01/10/26	02 a 03.10	4	4	2		4
Santa Rita (a 3ª ZE)	3ª	Santa Rita / Conde / Cruz do Espírito Santo	01/10/26	02 a 03.10	4	4	4		5
Sapé	4ª	Sapé, Mari, Sobrado e Riachão do Poço	02/10/26	02 a 03.10	4	4	4	4	
Itabaiana	6ª	Itabaiana / Salgado de São Félix / Mogeiro / São Jose dos Ramos	01/10/26	02 a 03.10	5	5	4		5
Mamanguape	7ª	Mamanguape / Capim / Cuité de Mamanguape /Mataraca	01/10/26	02 a 03.10	5	5	4		5
Guarabira	10ª	Guarabira	01/10/26	02 a 03.10	4	4	1		4
Pedras de Fogo	44ª	Pedras de Fogo / Pilar / São Miguel de Taipu /juripiranga	02/10/26	02 a 03.10	5	5	4	5	
Guarabira	47ª	Pirpirituba / Duas Estradas / Sertãozinho / Serra da Raiz / Araçagi / Pilõezinhos	02/10/26	02 a 03.10	6	6	6	6	
Rio Tinto	55ª	Rio Tinto / Baía da Traição / Marcação	02/10/26	03.10	4	4	3	4	
Cabedelo	57ª	Cabedelo	01/10/26	02 a 03.10	4	4	1		4
Jacaraú	60ª	Jacaraú / Curral de Caima / Lagoa de Dentro / Pedro Régis / Itapororoca	01/10/26	02 a 03.10	4	4	5		4
Bayeux	61ª	Bayeux	01/10/26	02 a 03.10	6	6	1		6

João Pessoa	64ª	João Pessoa	02/10/26	03/10/26	11	11	1	11	
João Pessoa	70ª	João Pessoa	01/10/26	02 a 03.10	10	10	1		10
Alhandra	73ª	Alhandra / Caaporã // Pitimbu	02/10/26	03/10/26	3	3	3	3	
Gurinhém	75ª	Gurinhém / Caldas Brandão / Mulungu	02/10/26	02 a 03.10	3	3	3	3	
João Pessoa	76ª	João Pessoa	02/10/26	02 a 03.10	7	7	1	7	
João Pessoa	77ª	João Pessoa	02/10/26	02 a 03.10	13	13	1	13	
					117	117		56	62
						Total de diárias		168	248

1º TURNO 2026 – NVI – Campina Grande

Município	Zona Eleitoral	Municípios pertencentes a Zona Eleitoral	Data das entrega das UE 's as ZE	Data da Instalação UE's pela ZE	Qtd. de VAN's 2020/2024	Qtd. de VAN's 2026	Qtd. de Municípios	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias
Ingá	8ª	Ingá / Itatuba / Riachão do Bacamarte	01/10/26	02 a 03/26	4	4	3		4
Alagoa Grande (+46)	9ª	Alagoa Grande / Juarez Távora / Alagoinha	02/10/26	03/10/26	4	4	3	4	
Areia (+ 45ª e 12ª)	11ª	Areia / Pilões / Cuitégi / Serraria / Borborema	01/10/26	02 a 03/26	5	5	5		5
Alagoa Nova	13ª	Alagoa Nova / Matinhas / Lagoa Seca	01/10/26	02 a 03/26	5	5	3		5
Bananeiras (+15ª e 54ª)	14ª	Bananeiras / Dona Inês / Belém / Caiçara / Logradouro	01/10/26	02 a 03/26	5	5	5		5
Campina Grande	16ª	Campina Grande	02/10/26	02 a 03/26	6	6	2	6	
Campina Grande	16ª	Campina Grande / Massaranduba	01/10/26	02 a 03/26	5	5	2		5
Campina Grande	17ª	Campina Grande	02/10/26	02 a 03/26	9	9	1	9	
Umbuzeiro	18ª	Umbuzeiro / Natuba / Santa Cecília / Alcantil	02/10/26	02 a 03/26	3	3	4	3	
Esperança	19ª	Esperança / Areial / São Sebastião de Lagoa de Roça	02/10/26	02 a 03/26	3	3	3	3	
Araruna	20ª	Araruna / Cacimba de Dentro / Riachão / Tacima	01/10/26	02 a 03/26	3	3	4		3
Campina Grande	22ª	São João do Cariri / Caraúbas / Gurjão / Boa Vista	02/10/26	02 a 03/26	3	3	4	3	
Soledade	23ª	Soledade / Cubati / Olivedos / São Vicente do Seridó	02/10/26	03/10/26	4	4	4	4	
Cuité	24ª	Cuité / Damião / Nova Floresta / Sossêgo	01/10/26	02 a 03/26	4	4	4		4
Picuí	25ª	Picuí / Baraúnas / Frei Martinho / Nova Palmeira / Pedra Lavrada	02/10/26	02 a 03/26	3	3	5	3	
Sumé	43ª	Sumé / Amparo / Congo / Prata / Ouro Velho	01/10/26	02 a 03/26	4	5	5		5
Solânea	48ª	Solânea / Casserengue / Arara	01/10/26	02 a 03/26	5	5	3		5
Queimadas	49ª	Aroeiras / Gado Bravo e Barra de Santana	01/10/26	02 a 03/26	4	4	3	4	
Pocinhos	50ª	Pocinhos / Puxinanã // Montadas	02/10/26	02 a 03/26	3	3	3	3	
Juazeirinho	56ª	Juazeirinho / Tenório / Santo André / Junco do Seridó	02/10/26	02 a 03/26	5	5	4	5	
Serra Branca	58ª	Serra Branca / Coxixola / Parari / São José dos Cordeiros	02/10/26	03/10/26	4	4	4	4	
Queimadas	59ª	Queimadas / Fagundes / Caturité	02/10/26	02 a 03/26	4	4	3	4	
Boqueirão	62ª	Boqueirão / Riacho de Santo Antônio / Cabaceiras / Barra de São Miguel / São Domingos do Cariri	01/10/26	02 a 03/26	5	5	5		5

Remígio	67ª	Algodão de Jandaira / Barra de Santa Rosa	01/10/26	02/10/26	3	1	2		1
Remígio	67ª	Remígio	02/10/26	03/10/26		1	1	1	
Campina Grande	72ª	Campina Grande / Serra Redonda	01/10/26	02 a 03/26	6	6	2		6
				Totais	109	109			
							Totais:	56	53
						Total de diárias		168	212

1º TURNO 2026 – NVI – Patos (ELEIÇÃO DIA 04/10/2026)

Município	Zona Eleitoral	Municípios pertencentes a Zona Eleitoral	Data das entrega das UE 's as ZE	Data da Instalação UE's pela ZE	Qtd. de VAN's 2020/2024	Qtd. de VAN's 2026	Qtd. de Municípios	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias
Santa Luzia	26ª	São José do Sabugi / São Mamede / Várzea	01/10/26	02/10/26	3	3	3		3
Santa Luzia	26ª	Santa Luzia	01/10/26	02/10/26	2	2	1		4
Taperoá	27ª	Taperoá / Livramento / Assunção	02/10/26	02 a 03/10	2	2	3	2	
Patos	28ª	Patos 28ª + Patos 65ª / Quixaba	02/10/26	03/10/26	10	10	2	10	
Patos	51ª	Malta / Condado / Vista Serrana / São José de Espinharas /São Bentinho	02/10/26	02 a 03/10	5	5	5	5	
Monteiro	29ª	Monteiro / Camalaú / São José do Tigre / São Sebastião do Umbuzeiro / Zabelê	02/10/26	03/10/26	3	3	5	3	
Teixeira	30ª	Teixeira / Cacimbas / Desterro / Mãe D'Água / Maturéia	02/10/26	02 a 03/10	5	5	5	5	
Piancó	32ª	Piancó	01/10/26	02 a 03/10	1	1	3		1
Piancó	32ª	Catingueira / Emas	01/10/26	02 a 03/10	1	1	1		1
Itaporanga	33ª	Itaporanga / São José de Caiana / Serra Grande	01/10/26	02 a 03/10	4	4	3		4
Itaporanga	42ª	Nova Olinda / Pedra Branca / Boa Ventura / Curral Velho / Diamante	01/10/26	02 a 03/10	5	5			5
Princesa Isabel	34ª	Princesa Isabel / Manaíra / São José de Princesa / Tavares	02/10/26	03/10/26	3	3	4	3	
Patos	65ª	Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Passagem,Salgadinho, Sta Teresinha e S.J. do Bonfim)	01/10/26	02/10/26	6	6	6		6
Piancó	66ª	Aguiar / Igaracy / Santana dos Garrotes / Olho D'Água	01/10/26	02 a 03/10	3	3	4		3
Água Branca	74ª	Água Branca / Juru / Imaculada	02/10/26	03/10/26	2	2	3	2	
				Totais	57	55		30	27
						Total de diárias		90	108

1º TURNO 2026 – NVI – Pombal

Município	Zona Eleitoral	Municípios pertencentes a Zona Eleitoral	Data das entrega das UE 's as ZE	Data da Instalação UE's pela ZE	Qtd. de VAN's 2020/2024	Qtd. de VAN's 2026	Qtd. de Municípios	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias
Pombal	31ª	Pombal / Lagoa / São Domingos de Pomba	02/10/26	02 a 03/10	4	4	3	4	
Catolé do Rocha	36ª	Catolé do Rocha / Bom Sucesso / Brejo dos Santos / Jericó / Mato Grosso	01/10/26	02 a 03/10	4	4	5		4
Catolé do Rocha	38ª	Brejo do Cruz / Belém do Brejo do Cruz / São José do Brejo do Cruz / Riacho dos Cavalos	01/10/26	02 a 03/10	4	4	4		4
São Bento	69ª	São Bento / Paulista	02/10/26	02 a 03/10	5	5	2	5	

Coremas	52ª	Coremas / Cajazeirinhas / São José de Lagoa Tapada	01/10/26	02 a 03/10	3	3	3		3
				Totais	20	20			
							Totais	9	11
						Total de diárias		27	44

1º TURNO 2026 – NVI – Cajazeiras

Município	Zona Eleitoral	Municípios pertencentes a Zona Eleitoral	Data das entrega das UE's as ZE	Data da Instalação UE's pela ZE	Qtd. de VAN's 2020/2024	Qtd. de VAN's 2026	Qtd. de Municípios	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias
Sousa	35ª	Sousa / Marizópolis	02/10/26	03/10/26	4	4	2	4	
São João do Rio do Peixe	37ª	São João do Rio do Peixe / Poço de José Moura / Santa Helena / Triunfo	02/10/26	03/10/25	3	4	4	4	
São José de Piranhas	40ª	São José de Piranhas / Carrapateira / Bonito de Santa Fé / Monte Horebe	02/10/26	02 a 03/10	5	5	4	5	
Conceição	41ª	Conceição / Ibiara / Santa Inês / Santana de Mangueira	02/10/26	02 a 03/10	2	2	4	2	
São João do Rio do Peixe	53ª	Uiraúna / Joca Claudino / Poço Dantas / Bernardino Batista / Vieirópolis	02/10/26	03/10/26	5	5	5	5	
Sousa	63ª	Aparecida / Lastro / Nazarezinho / Santa Cruz / São Francisco	02/10/26	02 a 03/10	5	5	5	5	
Cajazeiras	68ª	Cajazeiras / Cachoeira dos Índios / Bom Jesus	02/10/26	03/10/26	6	6	3	6	
				Totais	30	31		31	0
						Total de diárias		93	0

Observação: Havendo 2º Turno serão utilizados os mesmos quantitativos nos períodos de 23 a 25.10.2026 (três diárias) e 22 a 25.10.2026 (quatro diárias)

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021):

2.1. Missão Institucional e Continuidade do Serviço Público

A Justiça Eleitoral tem o dever constitucional de garantir o exercício do sufrágio universal e a lisura do processo produtivo das eleições. A contratação de serviços de transporte é **condição indispensável, essencial ou imprescindível** para a realização do pleito de 2026, uma vez que a frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é insuficiente para atender à demanda simultânea e capilarizada de todas as zonas eleitorais do estado no dia da votação e nos dias que o antecedem.

2.2. Justificativa da Demanda (Logística de Urnas)

A necessidade decorre da complexidade da operação logística, que exige o deslocamento preciso e seguro de centenas de urnas eletrônicas. A contratação visa:

- **Capilaridade:** Alcançar todas as seções eleitorais, inclusive em áreas rurais e de difícil acesso, onde o transporte padrão do órgão não consegue chegar em tempo hábil.
- **Segurança e Integridade:** Garantir que o equipamento (urna) seja transportado em veículo adequado (Vans), protegendo-o de intempéries e impactos, conforme as normas de segurança do TSE.
- **Celeridade no Resultado:** O recolhimento ágil das urnas após o encerramento da votação (17h) é essencial para o início imediato da totalização dos votos e a divulgação oficial dos resultados.

2.3. Baseado no Histórico e Consultas Recentes

A descrição do quantitativo (332 vans) fundamenta-se na **análise crítica das Eleições de 2024 (Processo SEI 0006565-39.2025.6.15.8000)**. A consulta direta às Zonas Eleitorais permitiu identificar que o modelo de locação com motorista é a solução que apresenta o melhor custo-benefício, pois:

- 1) Elimina gastos com manutenção de frota própria ociosa durante o período não-eleitoral.
- 2) Transfere à contratada a responsabilidade pela substituição imediata de veículos em caso de pane, minimizando riscos de interrupção do cronograma eleitoral.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos tipo **Van**, com motorista operando sob demanda programada. O ciclo de vida do objeto está estruturado em quatro fases principais:

3.1. Fase de Planejamento e Seleção (Pré-Eleitoral)

- **Dimensionamento:** Definição da frota de 332 veículos baseada no histórico de 2020/2024 e consultas às Zonas Eleitorais.
- **Seleção:** Realização de processo licitatório (Pregão Eletrônico) privilegiando o menor preço, garantindo a habilitação técnica da empresa para gerir uma frota distribuída por todo o estado da Paraíba.

3.2. Fase de Mobilização e Execução (Operacional)

Esta fase compreende o pico de utilização do objeto e é dividida pelo fluxo logístico de distribuição e recolhimento:

- 1) **Vistoria e Credenciamento:** Verificação das condições de segurança dos veículos e identificação dos motoristas antes do início das operações.
- 2) **Distribuição (Ida):** Transporte das urnas dos NVIs para os locais de votação, garantindo que 100% das seções estejam montadas dentro do prazo legal.
- 3) **Plantão e Contingência:** Manutenção de veículos de reserva para substituição imediata em caso de falhas mecânicas.
- 4) **Recolhimento (Volta):** Operação de logística reversa imediatamente após o fechamento das urnas, transportando-as de volta para os pontos de apuração e armazenamento.

3.3. Fase de Gestão e Fiscalização (Controle)

- **Monitoramento:** Acompanhamento dos roteiros estabelecidos pelo TRE/PB e cumprimento dos horários de saída e chegada.
- **Aferição de Qualidade:** Verificação da conformidade dos serviços prestados (conduta dos motoristas e estado dos veículos) para fins de liquidação de pagamento.
- **Repetição de Ciclo (2º Turno):** Caso ocorra, a solução prevê a reativação imediata de toda a estrutura logística para as zonas envolvidas, sem necessidade de novo processo de contratação.

3.4. Fase de Encerramento e Avaliação (Pós-Eleitoral)

- **Desmobilização:** Retirada de adesivos de identificação e liberação dos veículos após o último recolhimento de materiais.
- **Relatório de Desempenho:** Elaboração de memória técnica sobre a execução do contrato para subsidiar o planejamento das próximas eleições (2028/2030), fechando o ciclo de melhoria contínua da administração.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

Os requisitos foram divididos em quatro categorias fundamentais para garantir a execução da logística eleitoral sem intercorrências.

4.1. Requisitos dos Veículos (Vans)

- **Capacidade e Tipo:** Veículos tipo Van, com capacidade mínima de 10m³ para carga ou passageiros, garantindo o transporte seguro das urnas eletrônicas e materiais de seção.
- **Estado de Conservação:** Ano de fabricação não superior a 08 (oito) anos, em perfeitas condições de uso, higiene e segurança.
- **Segurança da Carga:** O compartimento de carga deve ser totalmente fechado, impermeável (proteção contra chuva) e possuir travas eficientes para evitar danos ou extravios dos equipamentos.
- **Sinalização:** Os veículos deverão estar devidamente identificados com adesivos ou placas a serem fornecidos pelo TRE/PB, indicando "A Serviço da Justiça Eleitoral".

4.2. Requisitos dos Motoristas

- **Habilitação:** Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a categoria do veículo (Categoria D), dentro do prazo de validade.
- **Conduta:** Apresentar certidões de antecedentes criminais negativas e manter conduta urbana, ética e cordial com os servidores e cidadãos.
- **Disponibilidade:** Estar disponível para cumprir integralmente o roteiro e o cronograma de horários definidos pelas Zonas Eleitorais, incluindo disponibilidade para viagens intermunicipais e tráfego em zonas rurais.

4.3. Requisitos da Empresa Contratada

- **Capacidade Técnica:** Comprovação de aptidão para gestão de frota de porte similar (logística de distribuição e recolhimento).
- **Plano de Contingência (Substituição):** A contratada deverá garantir a substituição de qualquer veículo ou motorista no prazo máximo de **2 (duas) horas** em caso de pane mecânica, acidente ou falta, para não comprometer o cronograma da eleição.
- **Manutenção:** lubrificantes, pneus, manutenção preventiva/corretiva e seguro total do veículo correm por conta exclusiva da contratada.
- **Combustíveis:** Ficará a cargo da contratante, no ato da vistoria inicial, todos os veículos deverão apresentar-se com o tanque de combustível cheio.

4.4. Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

- **Emissões:** Os veículos devem atender aos padrões de emissão de poluentes estabelecidos pelo CONAMA (Proconve).

4.5. Critérios de Medição e Pagamento

- A medição será realizada por **diária de serviço efetivamente prestado** ou por **quilometragem rodada** (conforme definido no Termo de Referência final), mediante atesto da chefia do cartório eleitoral da respectiva zona.
- O pagamento estará condicionado à entrega das urnas e materiais nos destinos finais e ao cumprimento total do cronograma de recolhimento.

4.6. A Contratada deverá cumprir rigorosamente os cronogramas e roteiros de distribuição e recolhimento das Urnas Eletrônicas de demais materiais utilizados nas Eleições, elaborados pelo TRE/PB, cuja versão definitiva será apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias antes do início dos serviços. De forma geral, o cronograma preliminar fica estabelecido como segue:

1º turno

- Dias: 01.10.2026 e 02.10.2026 – início efetivo da prestação dos serviços, com execução do transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S para os municípios (LAT's);
- Dia: 02.10.2026 – transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S e/ou LAT's para os locais de votação;
- Dia: 03.10.2026 - transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S e/ou LAT's para os locais de votação;
- Dia: 04.10.2026 – após o término da votação e liberação, pelos Chefes de Cartórios, segue a realização do transporte das Urnas Eletrônicas dos Locais de Votação para os NVI'S.

2º turno

- Dias: 22.10.2026 e 23.10.2026 – início efetivo da prestação dos serviços, com execução do transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S para os municípios (LAT's);
- Dia: 24.10.2026 – transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S e/ou LAT's para os locais de votação;
- Dia: 25.10.2026 – após o término da votação e liberação, pelos Chefes de Cartórios, segue a realização do transporte das Urnas Eletrônicas dos Locais de Votação para os NVI'S.

4.6.1. – A Contratada deverá fornecer a relação dos veículos a serem disponibilizados para os serviços, com critérios a seguir: nome do motorista, tipo de veículo, placa do veículo, endereço e telefone do motorista. Havendo 2º turno e alguma alteração a Contratada deverá atualizar os dados 72 horas antes do início dos serviços.

4.6.2.– Manter, durante todo o contrato, o número de veículos, condutores na mesma quantidade contratada para a prestação dos serviços, substituindo, de imediato, o veículo ou condutor, que por ventura não se apresente em condições de executar o transporte/serviço dentro dos parâmetros de qualidade exigidos, independentemente de outros motivos, tais como rodízios, substituições, panes, etc...

4.6.3.– De acordo com as necessidades da Zona Eleitoral, o veículo utilizado na distribuição das Urnas Eletrônicas, deverá permanecer no município Sede para a realização de serviços relacionados à execução do Pleito Eleitoral, ficando sob a coordenação do respectivo Chefe do Cartório Eleitoral até o término da eleição, quando, obrigatoriamente, deverá realizar o serviços de recolhimento das Urnas Eletrônicas.

4.6.4.– Designar formalmente 01 (um) preposto para atuar permanentemente junto a cada um dos NVI's, com infraestrutura própria de comunicação (telefone móvel e e-mail) e autonomia gerencial, a partir do dia 28.09.2026, no horário das 8hs às 18hs, até a data do pleito (1º e 2º turno, se houver), à exceção da véspera e do dia da eleição, quando deverá estar presente durante toda execução da prestação dos serviços.

4.6.5 - O pessoal de apoio para carregamento/descarregamento do material nos NVI's, será fornecido por empresa contratada pelo TRE/PB.

4.6.6 - Não serão aceitos veículos em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência;

4.6.7 - A contratada deverá manter sede, filial ou escritório na cidade ou regiões metropolitanas onde se realizarão os serviços;

4.6.8 - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa n.º 1, de 19.01.2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.6.9 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.6.10- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6.11 - . Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato;

4.6.12 - A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Obrigações dos proponentes)

5.1. Os proponentes deverão apresentar, para efeitos de qualificação técnica, nos termos do art. 67 da Lei n. 14.133/2021, os seguintes documentos:

5.1.1. 01 (um) ou mais atestados, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que já desempenhou atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação; e

5.1.2. Declaração de disponibilidade de veículos e condutores adequados para a realização do objeto da licitação.

5.2. Suprir as demais exigências previstas na legislação regente e no edital para participar do certame licitatório.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deverá cumprir rigorosamente os cronogramas e roteiros de distribuição e recolhimento das Urnas Eletrônicas e demais materiais utilizados nas Eleições, elaborados pelo TRE/PB, cuja versão definitiva será apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias antes do início dos serviços.

De forma geral, o cronograma preliminar fica estabelecido como segue:

1º turno

- Dias: 01.10.2026 e 02.10.2026 – início efetivo da prestação dos serviços, com execução do transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S para os municípios (LAT's);
- Dia: 02.10.2026 – transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S e/ou LAT's para os locais de votação;
- Dia: 03.10.2026 - transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S e/ou LAT's para os locais de votação;
- Dia: 04.10.2026 – após o término da votação e liberação, pelos Chefes de Cartórios, segue a realização do transporte das Urnas Eletrônicas dos Locais de Votação para os NVI'S.

2º turno

- Dias: 22.10.2026 e 23.10.2026 – início efetivo da prestação dos serviços, com execução do transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S para os municípios (LAT's);
- Dia: 24.10.2026 – transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S e/ou LAT's para os locais de votação;
- Dia: 25.10.2026 – após o término da votação e liberação, pelos Chefes de Cartórios, segue a realização do transporte das Urnas Eletrônicas dos Locais de Votação para os NVI'S.

6.2. A Contratada deverá fornecer a relação dos veículos a serem disponibilizados para os serviços, com critérios a seguir: nome do motorista, tipo de veículo, placa do veículo, endereço e telefone do motorista. Havendo 2º turno e alguma alteração a Contratada deverá atualizar os dados 72 horas antes do início dos serviços.

6.3. Manter, durante todo o contrato, o número de veículos, condutores na mesma quantidade contratada para a prestação dos serviços, substituindo, de imediato, o veículo ou condutor, que por ventura não se apresente em condições de executar o transporte/serviço dentro dos parâmetros de qualidade exigidos, independentemente de outros motivos, tais como rodízios, substituições, panes, etc...

6.3.1. No dia de início da prestação dos serviços, os veículos e respectivos condutores alocados para a execução dos serviços, deverão apresentar-se nos locais especificados no Apêndice I deste Termo de Referência, **às 05h e 30min**, para realização de vistoria de apresentação, onde será verificado os seguintes itens:

a) estado geral do veículo - boas condições de uso, situação dos pneus, carroceria e demais itens obrigatórios e de segurança;

b) documentação do veículo - o CRLV deverá estar atualizado.

6.3.2. Os condutores dos veículos deverão apresentar-se por meio de designação formal da empresa, portando obrigatoriamente crachá, que será fornecido por esta, deverá constar: o nome do condutor os dizeres **"A SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL DA PARAÍBA – TRE/PB ELEIÇÕES 2026"**, devendo, também, portar a documentação pertinente. Os condutores deverão usar vestimenta adequada durante toda a execução do serviço à Justiça Eleitoral.

6.3.3. Permitir, quando necessário, a retirada ou colocação de bancos e acessórios.

6.3.4. Apresentar os veículos com velocímetro, odômetro e marcador do nível de combustível em pleno funcionamento, e completamente abastecidos..

6.3.5. Disponibilizar apenas veículos preparados e aptos a viajar.

6.3.6. Adesivar os veículos com identificação onde conste os dizeres **"À SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL DA PARAÍBA – TRE/PB ELEIÇÕES 2026"**.

6.3.7. Manter, durante todo o contrato, o número de veículos e condutores na mesma quantidade contratada para a prestação dos serviços, substituindo, de imediato, o veículo ou condutor, que por ventura não se apresente em condições de executar o transporte/serviço dentro dos parâmetros de qualidade exigidos, independentemente de outros motivos, tais como rodízios, substituições, panes, etc...

6.3.8. De acordo com as necessidades da Zona Eleitoral, o veículo utilizado na distribuição das Urnas Eletrônicas, poderá permanecer no município Sede para a realização de serviços relacionados à execução do Pleito Eleitoral, ficando sob a tutela do respectivo Chefe do Cartório Eleitoral até o dia da eleição, quando, obrigatoriamente, deverá realizar o serviço de recolhimento das Urnas Eletrônicas.

6.4. Obedecer, na prestação dos serviços, a toda a legislação pertinente.

6.5. Cumprir fielmente o objeto contratado e suas condições, em conformidade com o estabelecido, comunicando imediatamente à Seção de Transportes - Gestor e/ou fiscais designados pela Administração, as ocorrências havidas, sabendo, desde já, que a(s) empresa(s) contratadas é(são) a(s) única(s) responsável(is) por prejuízos decorrentes de acidentes, infrações de trânsito e danos causados a terceiros ou ao material transportado.

6.6. Responsabilizar-se, em relação aos profissionais disponibilizados para condução dos veículos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, tais como: pró-labore; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição; vales-transporte; uniforme; crachás e outras que sejam necessárias à plena execução do contrato.

6.7. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/PB que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

6.8. Designar formalmente 01 (um) preposto para atuar permanentemente junto a cada um dos NVI's, com infraestrutura própria de comunicação (telefone móvel e e-mail) e autonomia gerencial, à partir do dia 28.09.2026, no horário das 8hs às 18hs, até a data do pleito (1º e 2º turno, se houver), à exceção da véspera e do dia da eleição, quando deverá estar presente durante toda a execução da prestação dos serviços.

6.9. Realizar reunião com o gestor e/ou fiscais do contrato designado pelo TRE/PB, ou representante por ele designado, após a definição dos roteiros, até os dias 28 de setembro de 2026 (1º turno) e 19 de outubro de 2026 (2º turno), para definição de questões administrativas.

6.10. Transportar, quando necessário, servidor(es) designado(s) pela Justiça Eleitoral para acompanhar os roteiros de entrega de urnas e cabinas e/ou realizar serviços estritamente relacionados à execução do Pleito Eleitoral.

6.11. Exigir que os prepostos mantenham atualizadas as planilhas de controle de serviços, repassando-as ao(s) gestor(es)/fiscal(is) do contrato designados pela administração.

6.12. Adotar as cautelas necessárias para o manuseio e transporte das urnas e demais materiais, observando as determinações da Justiça Eleitoral para tanto, acondicionando-os, exclusivamente, no interior dos veículos, de acordo com a vistoria e orientação dos fiscais do TRE/PB.

6.13. Os veículos deverão possuir seguro obrigatório, ficando claro e certo que o TRE/PB não assumirá qualquer ônus advindo de sinistro, ocorrido dentro ou fora de suas dependências, nem pagamento de franquias ou indenizações a terceiros.

6.14. Não deverá haver limite de quilometragem.

6.15. A contratação deverá ser feita por **GRUPOS** conforme anexo.

6.16. Caso seja necessário, fornecer o combustível para execução dos serviços.

6.17. Para fins de parâmetros de ressarcimento de combustíveis será utilizado o critério de 08 Km por litro rodado.

6.18. Será emitido empenho estimativo no valor de R\$ 200.000,00 (consignado na Proposta Orçamentária da SETRAN - Pleitos) para cobrir a despesa com ressarcimento de combustíveis.

6.19. Na execução dos serviços, se por algum motivo, devidamente autorizado e justificado, o veículo não puder ser abastecido pela contratada, o motorista deverá proceder o abastecimento, anotar quilometragem e guardar nota fiscal para posterior apresentação para ressarcimento, de forma que não haja interrupção nos serviços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO TRE/PB

7.1 - O TRE/PB, deverá fornecer à(s) empresa(s) contratadas, os roteiros de distribuição e coleta de urnas e demais materiais, com endereços e nomes necessários a prestação dos serviços.

7.2 - Deverá ser procedida a vistoria de apresentação, onde será verificado os seguintes itens: **hodômetro inicial, equipamentos de segurança e condições gerais**. Após a conclusão dos serviços, deverá ser realizada nova vistoria e emitir Termo de Devolução.

7.3 - Designar Gestor e Fiscais Técnicos, indicando no mínimo 01 (um) para cada NVI, onde os mesmos irão aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no contrato, para efeito de pagamento.

7.4 – Efetuar o controle de ressarcimento de combustíveis, trajeto e utilização dos veículos, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Serviços Gerais, Seção de Transportes, com auxílio dos Fiscais Técnicos e Chefes de Cartórios e, demais servidores designados pela Administração do Tribunal.

7.5 – Receber os veículos devidamente abastecidos, devendo devolvê-los abastecidos, conforme o critério de 8km/litro.

7.6 – Permitir o acesso dos prepostos e funcionários da Contratada para execução dos serviços, onde necessário.

7.7 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos representantes e prepostos da Contratada.

8. DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

8.1. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, na forma de **preço unitário (diária)** para cada tipo de veículo, nele deverá estar incluso todas as despesas, conforme definido nos lotes apresentados no Apêndice I deste Termo de Referência e em conformidade com o instrumento convocatório.

8.1.1. O valor global do serviço corresponderá ao número de diárias previstas, multiplicada pelo valor da diária correspondente.

8.1.2. Fica estabelecido que uma diária compreenderá ao período ininterrupto de 24 horas, desde as 05h de um dia até às 04h59 do dia subsequente.

8.1.3. O valor de cada diária deverá incluir todos os custos relativos à disponibilização integral e ininterrupta do serviço de transporte (veículos e respectivos condutores), incluindo os custos de alimentação, hospedagem, identificação e demais elementos necessários à plena execução do serviço, de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

9. ESTIMATIVA DOS PREÇOS

1º Turno

LOCAÇÃO DE VANS PARA JOÃO PESSOA, CAMPINA GRANDE, PATOS, POMBAL e CAJAZEIRAS/PB - R\$ 969.129,60

2º Turno (Se houver)

LOCAÇÃO DE VANS PARA JOÃO PESSOA, CAMPINA GRANDE, PATOS, POMBAL e CAJAZEIRAS/PB - R\$ 969.129,60

Total: R\$ 1.938.259,20

10. DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

10.1. Não existirá, para o CONTRATANTE, solidariedade quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato; d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa**:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º) Termo de Referência – Compras – Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta Atualização: Junho/2022 12.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.8. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado de acordo com a quantidade de diárias efetivamente executada no prazo máximo de 10 (dez) dias após apresentação da Nota Fiscal, aplicando-se os preços unitários contratados para cada lote, considerando os tipos de veículos, condutores e pessoal de apoio envolvido.

12.2. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando o contratado:

- Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.
- Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 -Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a Contratada prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço total do Contrato, por meio de qualquer uma das modalidades descritas no art. 139 da Lei nº 14.133/21, quais sejam:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

13.1.1- Caso a empresa vencedora faça a opção pela modalidade prevista na alínea "a" o licitante terá um prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

13.1.2 - Caso a empresa vencedora faça a opção pelas demais formas de garantia, deverá apresentá-la até o ato de assinatura do Contrato.

12.2 - A garantia prestada pela CONTRATADA, em qualquer modalidade, deverá assegurar o pagamento de:

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

13.3 - Será considerada extinta a garantia:

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, emitido pelo Gestor/Comissão de gestão do Contrato, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

13.4 - A contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, antes do seu vencimento, ou da redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou da assinatura do termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato e na prorrogação, mantendo-se o percentual estabelecido no item 12.1.

13.5 - A garantia de que trata este item somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

13.6 - Caso a comprovação do pagamento das verbas rescisórias trabalhistas ou da realocação dos empregados não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

14 - DA RESCISÃO

14.1 - O contrato poderá ser rescindido nos casos e condições previstos no Capítulo VIII Art. 137 ao 139 da Lei 14.133/21.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados na Proposta Orçamentária – Pleitos Eleitorais 2026.

16. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

16.1 - Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n.º 08/1993, n.º 17/1995, n.º 272/2000 e n.º 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

16.2 - Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

16.3. - A comprovação do aqui estabelecido poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos.

16.4. - A CONTRATANTE poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências, na sede da CONTRATADA e em suas eventuais subcontratas, e ao identificar alguma anormalidade, deverá comunicar imediatamente a CONTRATADA, podendo, em caso de reincidência reiterada, exigir que o serviço não seja mais realizado naquele prestador.

16.5. - Embora não fundamente esta contratação, não há como ignorar o que se estabeleceu na nova Lei nº 14.133/2021 de Licitações e Contratos Administrativos, onde se reitera a necessidade de inserir a questão do desenvolvimento nacional sustentável nos processos de licitações públicas no Brasil, tanto que este item faz parte dos princípios a serem observados:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da moderação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."

16.6. - Embora o termo "desenvolvimento sustentável" já tenha sido abordado em outros atos normativos voltados às licitações, a Lei 14.133/2021 promove a inclusão da sustentabilidade nas licitações públicas de maneira prática, uma vez que determina de forma mais específica os aspectos ambientais que devem ser adotados.

16.7. - Assim, nesta fase preparatória, fizemos contar neste estudo técnico, o detalhamento de potenciais impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras e questões relacionadas à logística reversa, ao consumo de energia e outros recursos naturais, a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, dentre outros.

16.8. - Assim, de maneira adjacente a nova determinação legal, a administração pública, ao impor maior controle ambiental nos critérios na execução do serviço, e a fim de garantir licitações sustentáveis, estabelecer, caso conveniente, a possibilidade de se utilizar o critério de melhor preço sustentável, em vez de menor preço, para definir a empresa vencedora, caso entenda que deva ser estabelecida a preferência por bens e/ou serviços que tenham menor impacto ambiental no processo produtivo.

17. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

17.1 - O presente contrato tem vigência até o dia 30/10/2026 (caso haja segundo turno das eleições) ou até o cumprimento integral do objeto, com a efetiva devolução dos veículos, o que ocorrer primeiro.

APÊNDICE I

GRUPOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

GRUPO I – JOÃO PESSOA

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corredeira, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PERÍODO	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO
1	56	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	168	NVI - JOÃO PESSOA 1º Turno

2	62	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	248	NVI - JOÃO PESSOA 1º Turno
3	56	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	168	NVI - JOÃO PESSOA 2º Turno (se houver)
4	62	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	248	NVI - JOÃO PESSOA 2º Turno (se houver)

Obs.: 1. A motorização mínima exigida decorre do fato de o veículo contratado destinar-se ao transporte de urnas e materiais com peso considerável e por percursos os mais diversos, o que exige bastante desempenho do motor.

3. As vistorias inicial e final serão realizadas no NVI I – JP, localizado Av. Hilton Souto Maior, s/nº - Bairro José Américo CEP: 58073-212 João Pessoa - PB.

GRUPO II – CAMPINA GRANDE

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PERÍODO	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO
1	56	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	168	NVI - CAMPINA GRANDE 1º Turno
2	53	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	212	NVI - CAMPINA GRANDE 1º Turno
3	56	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	168	NVI - CAMPINA GRANDE 2º Turno (se houver)
4	53	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	212	NVI - CAMPINA GRANDE 2º Turno (se houver)

Obs.: 1. A motorização mínima exigida decorre do fato de o veículo contratado destinar-se ao transporte de urnas e materiais com peso considerável e por percursos os mais diversos, o que exige bastante desempenho do motor.

3. As vistorias inicial e final serão realizadas no NVI I – CAMPINA GRANDE, localizado Rua Rio Grande do Sul, s/n - Liberdade - Campina Grande - CEP: 58.414-025.

GRUPO III – PATOS

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PERÍODO	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO
1	30	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	90	NVI - PATOS 1º Turno

2	27	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	108	NVI - PATOS 1º Turno
3	30	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	90	NVI - PATOS 2º Turno (se houver)
4	27	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	108	NVI - PATOS 2º Turno (se houver)

Obs.: 1. A motorização mínima exigida decorre do fato de o veículo contratado destinar-se ao transporte de urnas e materiais com peso considerável e por percursos os mais diversos, o que exige bastante desempenho do motor.

3. As vistorias inicial e final serão realizadas no NVI – PATOS, localizado na Rua Janúncio Nóbrega, S/N - Bairro Liberdade - CEP: 58703-230.

GRUPO IV – POMBAL

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PERÍODO	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO
1	9	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	27	NVI - POMBAL 1º Turno
2	11	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	44	NVI - POMBAL 1º Turno
3	9	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	27	NVI - POMBAL 2º Turno (se houver)
4	11	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	44	NVI - POMBAL 2º Turno (se houver)

Obs.: 1. A motorização mínima exigida decorre do fato de o veículo contratado destinar-se ao transporte de urnas e materiais com peso considerável e por percursos os mais diversos, o que exige bastante desempenho do motor.

3. As vistorias inicial e final serão realizadas no NVI – POMBAL, localizado na Rua Profª. Maria Claudete Bandeira de Sousa, s/n - Bairro Petrópolis - CEP: 58.840-000.

GRUPO V – CAJAZEIRAS

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	PERÍODO	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO
1	31	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	93	NVI - CAJAZEIRAS 1º Turno

2	31	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	93	NVI - CAJAZEIRAS 2º Turno (se houver)
---	----	---	----	---

Obs.: 1. A motorização mínima exigida decorre do fato de o veículo contratado destinar-se ao transporte de urnas e materiais com peso considerável e por percursos os mais diversos, o que exige bastante desempenho do motor.

3. As vistorias inicial e final serão realizadas no NVI – CAJAZEIRAS, localizado na Av. Comandante Vital Rolim, 820 - Centro - CEP: 58.900-000.

RESUMO GERAL

1. TOTAL DE VEÍCULOS LOCADOS PARA O 1º TURNO = 333

2. TOTAL DE VEÍCULOS LOCADOS PARA O 2º TURNO = 82

3. TOTAL DE VEÍCULOS 1º E 2º TURNOS = 411 (Os itens 3 e 4 dos grupos I e II das tabelas acima estão condicionados à necessidade de 2º Turno)

4. TOTAL DE DIÁRIAS 1º TURNO = 1.146

5. TOTAL DE DIÁRIAS 2º TURNO = 282

APÊNDICE II

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DOS NVI'S

NVI - JOÃO PESSOA

ZONA	SEDE	MUNICÍPIOS
1	JOÃO PESSOA	João Pessoa
2	SANTA RITA	Lucena
		Santa Rita
3	SANTA RITA	Santa Rita
		Cruz Do Espírito Santo
		Conde
4	SAPE	Mari
		Riachão do Poço
		Sape
		Sobrado
6	ITABAIANA	São Jose dos Ramos
		Itabaiana
		Mogeirol
		Salgado de São Felix
7	MAMANGUAPE	Capim
		Cuité de Mamanguape
		Mamanguape
		Mataraca
10	GUARABIRA	Guarabira
44	PEDRAS DE FOGO	Pilar
		São Miguel de Taipu

		Juripiranga
		Pedras de Fogo
47	GUARABIRA	Araçagi
		Piloezinhos
		Serra da Raiz
		Duas Estradas
		Pirpirituba
		Sertãozinho
55	RIO TINTO	Baia da Traição
		Marcação
		Rio Tinto
57	CABEDELO	Cabedelo
60	JACARAÚ	Itapororoca
		Curral de Cima
		Jacaraú
		Lagoa de Dentro
		Pedro Regis
61	BAYEUX	Bayeux
64	JOÃO PESSOA	João Pessoa
70	JOÃO PESSOA	João Pessoa
73	ALHANDRA	Alhandra
		Caapora
		Pitimbu
75	GURINHÉM	Mulungu
		Caldas Brandão
		Gurinhém
76	JOÃO PESSOA	João Pessoa
77	JOÃO PESSOA	João Pessoa

NVI - CAMPINA GRANDE

ZONA	SEDE	MUNICÍPIOS
8	INGÁ	Ingá
		Itatuba
		Riachão do Bacamarte
9	ALAGOA GRANDE	Alagôa Grande
		Juarez Távora
		Alagoinha
11	AREIA	Areia

		Serraria
		Borborema
		Cuitegi
		Pilões
13	ALAGOA NOVA	Alagoa Nova
		Matinhas
		Lagoa Seca
14	BANANEIRAS	Bananeiras
		Dona Inês
		Caiçara
		Logradouro
		Belém
16	CAMPINA GRANDE	Campina Grande
		Campina Grande
17	CAMPINA GRANDE	Campina Grande
18	UMBUZEIRO	Natuba
		Santa Cecília de Umbuzeiro
		Umbuzeiro
		Alcantil
19	ESPERANÇA	São Seb. da Lagoa de Roca
		Areial
		Esperança
20	ARARUNA	Araruna
		Cacimba De Dentro
		Campo De Santana
		Riachão
22	CAMPINA GRANDE	Caraúbas
		Gurjão
		São Joao do Cariri
		Boa Vista
23	SOLEDADE	Cubati
		Olivedos
		São Vicente do Seridó
		Soledade
24	CUITÉ	Cuité
		Damiao
		Nova Floresta
		Sossego
25	PICUÍ	Baraúnas
		Frei Martinho

		Nova Palmeira
		Pedra Lavrada
		Picuí
43	SUMÉ	Amparo
		Congo
		Sumé
		Ouro Velho
		Prata
48	SOLÂNEA	Arara
		Casserengue
		Solânea
49	QUEIMADAS	Aroeiras
		Gado Bravo
		Barra de Santana
50	POCINHOS	Montadas
		Pocinhos
		Puxinanã
56	JUAZEIRINHO	Juazeirinho
		Santo André
		Tenório
		Junco do Seridó
58	SERRA BRANCA	Coxixola
		Parari
		São Jose dos Cordeiros
		Serra Branca
59	QUEIMADAS	Fagundes
		Queimadas
		Caturité
62	BOQUEIRÃO	Barra de São Miguel
		Cabaceiras
		São Domingos do Cariri
		Boqueirão
		Riacho De Santo Antônio
67	REMÍGIO	Barra de Santa Rosa
		Algodão de Jandaíra
		Remígio
72	CAMPINA GRANDE	Serra Redonda
		Campina Grande

NVI - PATOS

ZONA	SEDE	MUNICÍPIOS
26	SANTA LUZIA	Santa Luzia
		São José do Sabugi
		São Mamede
		Várzea
27	TAPEROÁ	Assunção
		Livramento
		Taperoá
28	PATOS	Patos
		Quixaba
29	MONTEIRO	Camalaú
		Monteiro
		São João Do Tigre
		São Sebastião Do Umbuzeiro
		Zabelê
30	TEIXEIRA	Cacimbas
		Desterro
		Mae D'agua
		Matureia
		Teixeira
32	PIANCÓ	Catingueira
		Emas
		Piancó
33	ITAPORANGA	Itaporanga
		São José de Caiana
		Serra Grande
34	PRINCESA ISABEL	Manaíra
		Princesa Isabel
		São José de Princesa
		Tavares
42	ITAPORANGA	Boa Ventura
		Curral Velho
		Diamante
		Pedra Branca
		Nova Olinda
51	PATOS	São Bentinho
		São José de Espinharas
		Condado

		Malta
		Vista Serrana
65	PATOS	Areia de Baraúnas
		Cacimba de Areia
		Passagem
		Salgadinho
		Santa Teresinha
		São José do Bonfim
66	PIANCO	Olho D'Água
		Aguiar
		Igaracy
		Santana dos Garrotes
74	ÁGUA BRANCA	Imaculada
		Água Branca
		Juru

NVI - POMBAL

ZONA	SEDE	MUNICÍPIOS
31	POMBAL	Lagoa
		Pombal
		São Domingos de Pombal
36	CATOLÉ DO ROCHA	Bom Sucesso
		Brejo dos Santos
		Catolé do Rocha
		Jericó
		Mato Grosso
38	CATOLÉ DO ROCHA	Riacho dos Cavalos
		Belém do Brejo do Cruz
		Brejo do Cruz
		São José do Brejo Cruz
52	COREMAS	Cajazeirinhas
		Coremas
		São José da Lagoa Tapada
69	SÃO BENTO	Paulista
		São Bento

NVI - CAJAZEIRAS

ZONA	SEDE	MUNICÍPIOS
35	SOUSA	Marizópolis

		Sousa
		Nazarezinho
37	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	Poço de José de Moura
		Santa Helena
		São João do Rio do Peixe
		Triunfo
40	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	Bonito de Santa Fé
		Monte Horebe
		Carrapateira
		São José de Piranhas
41	CONCEIÇÃO	Conceição
		Ibiara
		Santa Inês
		Santana de Mangueira
53	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	Bernardino Batista
		Joca Claudino
		Poço Dantas
		Uiraúna
		Vieirópolis
63	SOUSA	Aparecida
		Lastro
		Santa Cruz
		São Francisco
68	CAJAZEIRAS	Bom Jesus
		Cachoeira Dos Índios
		Cajazeiras

CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO
CHEFE DA SEÇÃO DE TRANSPORTE



Documento assinado eletronicamente por CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO em 09/06/2026, às 07:08, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JOSÉ MARCONI DE ANDRADE MOREIRA
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente por JOSÉ MARCONI DE ANDRADE MOREIRA em 09/06/2026, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MICHELLY PALMEIRA MEDEIROS
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente por MICHELLY PALMEIRA MEDEIROS em 09/06/2026, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2403358&crc=F0F3FBA5, informando, caso não preenchido, o código verificador **2403358** e o código CRC **F0F3FBA5**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Anexo**II****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026**

(Processo SEI n.º 0006729-04.2025.6.15.8000)

DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS**GRUPO G1 – JOÃO PESSOA**

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corredeira, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM (A)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS (B)	PERÍODO (C)	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS (D)	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO (E)	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA (F)	VALOR TOTAL DO ITEM (G)
---------------------	---	------------------------	--	--	---	--

					(R\$)	SENDO G = D X F (R\$)
1	56	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	168	NVI - JOÃO PESSOA 1º Turno		
2	62	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	248	NVI - JOÃO PESSOA 1º Turno		
3	56	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	168	NVI - JOÃO PESSOA 2º Turno (se houver)		
4	62	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	248	NVI - JOÃO PESSOA 2º Turno (se houver)		
VALOR TOTAL DO GRUPO G1 (R\$)						

GRUPO G2 – CAMPINA GRANDE

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM (A)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS (B)	PERÍODO (C)	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS (D)	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO (E)	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA (F) (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (G) SENDO G = D X F (R\$)
5	56	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	168	NVI - CAMPINA GRANDE 1º Turno		
6	53	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	212	NVI - CAMPINA GRANDE 1º Turno		
7	56	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	168	NVI - CAMPINA GRANDE 2º Turno (se houver)		
8	53	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	212	NVI - CAMPINA GRANDE 2º Turno (se houver)		
VALOR TOTAL DO GRUPO G2 (R\$)						

GRUPO G3 – PATOS

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corredeira, movido à diesel, com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITE M (A)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS (B)	PERÍODO (C)	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS (D)	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO (E)	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA (F) (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (G) SENDO G = D X F (R\$)
9	30	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	90	NVI - PATOS 1º Turno		
10	27	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	108	NVI - PATOS 1º Turno		
11	30	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	90	NVI - PATOS 2º Turno (se houver)		
12	27	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	108	NVI - PATOS 2º Turno (se houver)		
VALOR TOTAL DO GRUPO G3 (R\$)						

GRUPO G4 – POMBAL

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corrediça, movido à diesel com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM (A)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS (B)	PERÍODO (C)	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO (E)	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA (F)	VALOR TOTAL DO ITEM (G)
-------------	----------------------------------	----------------	-------------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	-------------------------------

			(D)		(R\$)	SENDO G = D X F (R\$)
13	9	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	27	NVI - POMBAL 1º Turno		
14	11	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias	44	NVI - POMBAL 1º Turno		
15	9	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	27	NVI - POMBAL 2º Turno (se houver)		
16	11	Período de 22.10 a 25/10 04 diárias	44	NVI - POMBAL 2º Turno (se houver)		
VALOR TOTAL DO GRUPO G4 (R\$)						

GRUPO G5 – CAJAZEIRAS

Locação de veículo utilitário tipo VAN, com no mínimo uma porta lateral corredeira, movido à diesel com motorização mínima de 2.100 cm³, equipado apenas com os assentos (bancos) dianteiros, com condutor devidamente habilitado, para o serviço de transporte de urnas, mídias de resultado, equipamentos, pessoal e materiais afetos ao pleito eleitoral.

ITEM (A)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS (B)	PERÍODO (C)	Nº DE DIÁRIAS PREVISTAS (D)	LOCAL PARA APRESENTAÇÃO (E)	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA (F) (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (G) SENDO G = D X F
-------------	----------------------------------	----------------	-----------------------------------	-----------------------------------	---	---

						(R\$)
17	31	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	93	NVI - CAJAZEIRAS 1º Turno		
18	31	Período de 23.10 a 25/10 03 diárias	93	NVI - CAJAZEIRAS 2º Turno (se houver)		
VALOR TOTAL DO GRUPO G5 (R\$)						

OBSERVAÇÃO:

1.º) Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT/CATSER e a do EDITAL, prevalecerá a descrição do EDITAL.

João Pessoa (PB), 30 de junho de 2026.

ANDREZA ALVES GOMES
PREGOEIRO(A)



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 30/06/2026, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2418271&crc=02740F7A, informando, caso não preenchido, o código verificador **2418271** e o código CRC **02740F7A**.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026
(Processo SEI n.º 0006729-04.2025.6.15.8000)**

ANEXO III

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB - <http://www.tre-pb.jus.br>
Contratação - Estudos Preliminares IN 1/2018TREP n° 17/2026 - SETRAN
1- DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021)
1. Das Condições Gerais da Contratação

A contratação visa garantir a logística de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e materiais acessórios para as **Eleições de 2026 no Estado da Paraíba**, assegurando a integridade dos equipamentos e o cumprimento rigoroso do calendário eleitoral.

1.1. Objeto e Escopo Logístico

A execução dos serviços será dividida em três etapas fundamentais, abrangendo zonas urbanas e rurais de difícil acesso:

- **Etapas de Distribuição (Ida):** Recebimento nos Núcleos de Voto Informatizado (NVIs) e entrega nos Locais de Armazenamento Temporário (LATs), Cartórios e Locais de Votação (LVs).
- **Etapas de Recolhimento (Volta):** Coleta das urnas e materiais após o encerramento da votação, mediante autorização das chefias de cartório.
- **Contingência de 2º Turno:** Repetição integral da logística para as cidades e zonas onde houver nova votação, conforme cronograma específico.

1.2. Justificativa do Quantitativo e Modelo de Veículo

Conforme o levantamento realizado via processo **SEI 0006565-39.2025.6.15.8000**, a definição por **332 veículos tipo "Van"** justifica-se pelos seguintes critérios:

- **Capacidade de Carga vs. Agilidade:** As vans oferecem o equilíbrio ideal entre volume de carga para as urnas e agilidade no trânsito urbano e rural.
- **Histórico Consolidado:** O número baseia-se na experiência das Eleições de 2024, ajustada conforme a necessidade reportada pelas zonas eleitorais consultadas.
- **Transporte de Pessoal:** A escolha permite o transporte eventual de servidores e técnicos de urna junto ao material, otimizando recursos.

1º TURNO 2026 – NVI – João Pessoa

Município	Zona Eleitoral	Municípios pertencentes a Zona Eleitoral	Data das entrega das UE 's as ZE	Data da Instalação UE's pela ZE	Qtd. de VAN's 2024	Qtd. de VAN's 2026	Qtd. de Municípios	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias
João Pessoa	1ª	João Pessoa	01/10/26	02 a 03.10	15	15	1		15
Santa Rita (a 3ª ZE)	2ª	Santa Rita / Lucena	01/10/26	02 a 03.10	4	4	2		4
Santa Rita (a 3ª ZE)	3ª	Santa Rita / Conde / Cruz do Espírito Santo	01/10/26	02 a 03.10	4	4	4		5
Sapé	4ª	Sapé, Mari, Sobrado e Riachão do Poço	02/10/26	02 a 03.10	4	4	4	4	
Itabaiana	6ª	Itabaiana / Salgado de São Félix / Mogeiro / São Jose dos Ramos	01/10/26	02 a 03.10	5	5	4		5
Mamanguape	7ª	Mamanguape / Capim / Cuité de Mamanguape /Mataraca	01/10/26	02 a 03.10	5	5	4		5
Guarabira	10ª	Guarabira	01/10/26	02 a 03.10	4	4	1		4
Pedras de Fogo	44ª	Pedras de Fogo / Pilar / São Miguel de Taipu /Juripiranga	02/10/26	02 a 03.10	5	5	4	5	
Guarabira	47ª	Pirpirituba / Duas Estradas / Sertãozinho / Serra da	02/10/26	02 a 03.10	6	6	6	6	

		Raiz / Araçagi / Pilõeszinhos							
Rio Tinto	55 ^a	Rio Tinto / Baía da Traição / Marcação	02/10/26	03.10	4	4	3	4	
Cabedelo	57 ^a	Cabedelo	01/10/26	02 a 03.10	4	4	1		4
Jacaraú	60 ^a	Jacaraú / Curral de Caima / Lagoa de Dentro / Pedro Régis / Itapororoca	01/10/26	02 a 03.10	4	4	5		4
Bayeux	61 ^a	Bayeux	01/10/24	02 a 03.10	6	6	1		6
João Pessoa	64 ^a	João Pessoa	02/10/26	03/10/26	11	11	1	11	
João Pessoa	70 ^a	João Pessoa	01/10/26	02 a 03.10	10	10	1		10
Alhandra	73 ^a	Alhandra / Caaporã // Pitimbu	02/10/26	03/10/26	3	3	3	3	
Gurinhém	75 ^a	Gurinhém / Caldas Brandão / Mulungu	02/10/26	02 a 03.10	3	3	3	3	
João Pessoa	76 ^a	João Pessoa	02/10/26	02 a 03.10	7	7	1	7	
João Pessoa	77 ^a	João Pessoa	02/10/26	02 a 03.10	13	13	1	13	
					117	117		56	62
						Total de diárias		168	248

1º TURNO 2026 – NVI – Campina Grande

Município	Zona Eleitoral	Municípios pertencentes a Zona Eleitoral	Data das entrega das UE 's as ZE	Data da Instalação UE's pela ZE	Qtd. de VAN's 2024	Qtd. de VAN's 2026	Qtd. de Municípios	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias
Ingá	8 ^a	Ingá / Itatuba / Riachão do Bacamarte	01/10/26	02 a 03/26	4	4	3		4
Alagoa Grande (+46)	9 ^a	Alagoa Grande / Juarez Távora / Alagoinha	02/10/26	03/10/26	4	4	3	4	
Areia (+ 45 ^a e 12 ^a)	11 ^a	Areia / Pilões / Cuitegi / Serraria / Borborema	01/10/26	02 a 03/26	5	5	5		5
Alagoa Nova	13 ^a	Alagoa Nova / Matinhas / Lagoa Seca	01/10/26	02 a 03/26	5	5	3		5
Bananeiras (+15 ^a e 54 ^a)	14 ^a	Bananeiras / Dona Inês / Belém / Caiçara / Logradouro	01/10/26	02 a 03/26	5	5	5		5
Campina Grande	16 ^a	Campina Grande	02/10/26	02 a 03/26	6	6	2	6	
Campina Grande	16 ^a	Campina Grande / Massaranduba	01/10/26	02 a 03/26	5	5	2		5
Campina Grande	17 ^a	Campina Grande	02/10/26	02 a 03/26	9	9	1	9	
Umbuzeiro	18 ^a	Umbuzeiro / Natuba / Santa Cecília / Alcantil	02/10/26	02 a 03/26	3	3	4	3	
Esperança	19 ^a	Esperança / Areial / São Sebastião de Lagoa de Roça	02/10/26	02 a 03/26	3	3	3	3	
Araruna	20 ^a	Araruna / Cacimba de Dentro / Riachão / Tacima	01/10/26	02 a 03/26	3	3	4		3
Campina Grande	22 ^a	São João do Cariri / Caraúbas / Gurjão / Boa Vista	02/10/26	02 a 03/26	3	3	4	3	
Soledade	23 ^a	Soledade / Cubati / Olivados / São Vicente do Seridó	02/10/26	03/10/26	4	4	4	4	
Cuité	24 ^a	Cuité / Damião / Nova Floresta / Sossêgo	01/10/26	02 a 03/26	4	4	4		4
Picuí	25 ^a	Picuí / Baraúnas / Frei Martinho / Nova Palmeira / Pedra Lavrada	02/10/26	02 a 03/26	3	3	5	3	

Sumé	43ª	Sumé / Amparo / Congo / Prata / Ouro Velho	01/10/26	02 a 03/26	4	5	5		5
Solânea	48ª	Solânea / Casserengue / Arara	01/10/26	02 a 03/26	5	5	3		5
Queimadas	49ª	Aroeiras / Gado Bravo e Barra de Santana	01/10/26	02 a 03/26	4	4	3	4	
Pocinhos	50ª	Pocinhos / Puxinanã / Montadas	02/10/26	02 a 03/26	3	3	3	3	
Juazeirinho	56ª	Juazeirinho / Tenório / Santo André / Junco do Seridó	02/10/26	02 a 03/26	5	5	4	5	
Serra Branca	58ª	Serra Branca / Coxixola / Parari / São José dos Cordeiros	02/10/26	03/10/26	4	4	4	4	
Queimadas	59ª	Queimadas / Fagundes / Caturité	02/10/26	02 a 03/26	4	4	3	4	
Boqueirão	62ª	Boqueirão / Riacho de Santo Antônio / Cabaceiras / Barra de São Miguel / São Domingos do Cariri	01/10/26	02 a 03/26	5	5	5		5
Remígio	67ª	Algodão de Jandaíra / Barra de Santa Rosa	01/10/26	02/10/26	3	1	2		1
Remígio	67ª	Remígio	02/10/26	03/10/26		1	1	1	
Campina Grande	72ª	Campina Grande / Serra Redonda	01/10/26	02 a 03/26	6	6	2		6
				Totais	109	109			
							Totais:	56	53
						Total de diárias		168	212

1º TURNO 2026 – NVI – Patos (ELEIÇÃO DIA 04/10/2026)

Município	Zona Eleitoral	Municípios pertencentes a Zona Eleitoral	Data das entrega das UE 's as ZE	Data da Instalação UE's pela ZE	Qtd. de VAN's 2024	Qtd. de VAN's 2026	Qtd. de Municípios	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias
Santa Luzia	26ª	São José do Sabugi / São Mamede / Várzea	01/10/26	02/10/26	3	3	3		3
Santa Luzia	26ª	Santa Luzia	01/10/26	02/10/26	2	2	1		4
Taperoá	27ª	Taperoá / Livramento / Assunção	02/10/26	02 a 03/10	2	2	3	2	
Patos	28ª	Patos 28ª + Patos 65ª / Quixaba	02/10/26	03/10/26	10	10	2	10	
Patos	51ª	Malta / Condado / Vista Serrana / São José de Espinharas / São Bentinho	02/10/26	02 a 03/10	5	5	5	5	
Monteiro	29ª	Monteiro / Camalaú / São José do Tigre / São Sebastião do Umbuzeiro / Zabelê	02/10/26	03/10/26	3	3	5	3	
Teixeira	30ª	Teixeira / Cacimbas / Desterro / Mãe D'Água / Maturéia	02/10/26	02 a 03/10	5	5	5	5	
Piancó	32ª	Piancó	01/10/26	02 a 03/10	1	1	3		1
Piancó	32ª	Catingueira / Emas	01/10/26	02 a 03/10	1	1	1		1
Itaporanga	33ª	Itaporanga / São José de Caiana / Serra Grande	01/10/26	02 a 03/10	4	4	3		4
Itaporanga	42ª	Nova Olinda / Pedra Branca / Boa Ventura / Curral Velho / Diamante	01/10/26	02 a 03/10	5	5			5
Princesa Isabel	34ª	Princesa Isabel / Manaíra / São José de Princesa / Tavares	02/10/26	03/10/26	3	3	4	3	

Patos	65ª	Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Passagem, Salgadinho, Sta Teresinha e S.J. do Bonfim)	01/10/26	02/10/26	6	6	6		6
Piancó	66ª	Aguar / Igaracy / Santana dos Garrotes / Olho D'Água	01/10/26	02 a 03/10	3	3	4		3
Água Branca	74ª	Água Branca / Juru / Imacualda	02/10/26	03/10/26	2	2	3	2	
				Totais	57	55		30	27
						Total de diárias		90	108

1º TURNO 2026 – NVI – Pombal

Município	Zona Eleitoral	Municípios pertencentes a Zona Eleitoral	Data das entrega das UE 's as ZE	Data da Instalação UE's pela ZE	Qtd. de VAN's 2024	Qtd. de VAN's 2024	Qtd. de Municípios	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias
Pombal	31ª	Pombal / Lagoa / São Domingos de Pomba	02/10/26	02 a 03/10	4	4	3	4	
Catolé do Rocha	36ª	Catolé do Rocha / Bom Sucesso / Brejo dos Santos / Jericó / Mato Grosso	01/10/26	02 a 03/10	4	4	5		4
Catolé do Rocha	38ª	Brejo do Cruz / Belém do Brejo do Cruz / São José do Brejo do Cruz / Riacho dos Cavalos	01/10/26	02 a 03/10	4	4	4		4
São Bento	69ª	São Bento / Paulista	02/10/26	02 a 03/10	5	5	2	5	
Coremas	52ª	Coremas / Cajazeirinhas / São José de Lagoa Tapada	01/10/26	02 a 03/10	3	3	3		3
				Totais	20	20			
							Totais	9	11
						Total de diárias		27	44

1º TURNO 2026 – NVI – Cajazeiras

Município	Zona Eleitoral	Municípios pertencentes a Zona Eleitoral	Data das entrega das UE 's as ZE	Data da Instalação UE's pela ZE	Qtd. de VAN's 2024	Qtd. de VAN's 2026	Qtd. de Municípios	Período de 02.10 a 04/10 03 diárias	Período de 01.10 a 04/10 04 diárias
Sousa	35ª	Sousa / Marizópolis	02/10/26	03/10/26	4	4	2	4	
São João do Rio do Peixe	37ª	São João do Rio do Peixe / Poço de José Moura / Santa Helena / Triunfo	02/10/26	03/10/25	3	4	4	4	
São José de Piranhas	40ª	São José de Piranhas / Carrapateira / Bonito de Santa Fé / Monte Horebe	02/10/26	02 a 03/10	5	5	4	5	
Conceição	41ª	Conceição / Ibiara / Santa Inês / Santana de Mangueira	02/10/26	02 a 03/10	2	2	4	2	
São João do Rio do Peixe	53ª	Uiraúna / Joca Claudino / Poço Dantas / Bernardino Batista / Vieirópolis	02/10/26	03/10/26	5	5	5	5	
Sousa	63ª	Aparecida / Lastro / Nazarezinho / Santa Cruz / São Francisco	02/10/26	02 a 03/10	5	5	5	5	
Cajazeiras	68ª	Cajazeiras / Cachoeira dos Índios / Bom Jesus	02/10/26	03/10/26	6	6	3	6	
				Totais	30	31		31	0
						Total de diárias		93	0

Observação: Havendo 2º Turno serão utilizados os mesmos quantitativos nos períodos de 23 a 25.10.2026 (três diárias) e 22 a 25.10.2026 (quatro diárias)

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021):

2.1. Missão Institucional e Continuidade do Serviço Público

A Justiça Eleitoral tem o dever constitucional de garantir o exercício do sufrágio universal e a lisura do processo produtivo das eleições. A contratação de serviços de transporte é **condição sine qua non** para a realização do pleito de 2026, uma vez que a frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é insuficiente para atender à demanda simultânea e capilarizada de todas as zonas eleitorais do estado no dia da votação e nos dias que o antecedem.

2.2. Justificativa da Demanda (Logística de Urnas)

A necessidade decorre da complexidade da operação logística, que exige o deslocamento preciso e seguro de centenas de urnas eletrônicas. A contratação visa:

- **Capilaridade:** Alcançar todas as seções eleitorais, inclusive em áreas rurais e de difícil acesso, onde o transporte padrão do órgão não consegue chegar em tempo hábil.
- **Segurança e Integridade:** Garantir que o equipamento (urna) seja transportado em veículo adequado (Vans), protegendo-o de intempéries e impactos, conforme as normas de segurança do TSE.
- **Celeridade no Resultado:** O recolhimento ágil das urnas após o encerramento da votação (17h) é essencial para o início imediato da totalização dos votos e a divulgação oficial dos resultados.

2.3. Baseado no Histórico e Consultas Recentes

A descrição do quantitativo (332 vans) fundamenta-se na **análise crítica das Eleições de 2024 (Processo SEI 0006565-39.2025.6.15.8000)**. A consulta direta às Zonas Eleitorais permitiu identificar que o modelo de locação com motorista é a solução que apresenta o melhor custo-benefício, pois:

- 1) Elimina gastos com manutenção de frota própria ociosa durante o período não-eleitoral.
- 2) Transfere à contratada a responsabilidade pela substituição imediata de veículos em caso de pane, minimizando riscos de interrupção do cronograma eleitoral.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de veículos tipo **Van**, com motorista, operando sob demanda programada. O ciclo de vida do objeto está estruturado em quatro fases principais:

3.1. Fase de Planejamento e Seleção (Pré-Eleitoral)

- **Dimensionamento:** Definição da frota de 332 veículos baseada no histórico de 2024 e consultas às Zonas Eleitorais.
- **Seleção:** Realização de processo licitatório (Pregão Eletrônico) privilegiando o menor preço, garantindo a habilitação técnica da empresa para gerir uma frota distribuída por todo o estado da Paraíba.

3.2. Fase de Mobilização e Execução (Operacional)

Esta fase compreende o pico de utilização do objeto e é dividida pelo fluxo logístico de distribuição e recolhimento:

- 1) **Vistoria e Credenciamento:** Verificação das condições de segurança dos veículos e identificação dos motoristas antes do início das operações.
- 2) **Distribuição (Ida):** Transporte das urnas dos NVIs para os locais de votação, garantindo que 100% das seções estejam montadas dentro do prazo legal.
- 3) **Plantão e Contingência:** Manutenção de veículos de reserva para substituição imediata em caso de falhas mecânicas.
- 4) **Recolhimento (Volta):** Operação de logística reversa imediatamente após o fechamento das urnas, transportando-as de volta para os pontos de apuração e armazenamento.

3.3. Fase de Gestão e Fiscalização (Controle)

- **Monitoramento:** Acompanhamento dos roteiros estabelecidos pelo TRE/PB e cumprimento dos horários de saída e chegada.
- **Aferição de Qualidade:** Verificação da conformidade dos serviços prestados (conduta dos motoristas e estado dos veículos) para fins de liquidação de pagamento.
- **Repetição de Ciclo (2º Turno):** Caso ocorra, a solução prevê a reativação imediata de toda a estrutura logística para as zonas envolvidas, sem necessidade de novo processo de contratação.

3.4. Fase de Encerramento e Avaliação (Pós-Eleitoral)

- **Desmobilização:** Retirada de adesivos de identificação e liberação dos veículos após o último recolhimento de materiais.

- **Relatório de Desempenho:** Elaboração de memória técnica sobre a execução do contrato para subsidiar o planejamento das próximas eleições (2028/2030), fechando o ciclo de melhoria contínua da administração.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

Os requisitos foram divididos em quatro categorias fundamentais para garantir a execução da logística eleitoral sem intercorrências.

4.1. Requisitos dos Veículos (Vans)

- **Capacidade e Tipo:** Veículos tipo Van, com capacidade mínima de 10m³ para carga ou passageiros, garantindo o transporte seguro das urnas eletrônicas e materiais de seção.
- **Estado de Conservação:** Ano de fabricação não superior a 08 (oito) anos, em perfeitas condições de uso, higiene e segurança.
- **Segurança da Carga:** O compartimento de carga deve ser totalmente fechado, impermeável (proteção contra chuva) e possuir travas eficientes para evitar danos ou extravios dos equipamentos.
- **Sinalização:** Os veículos deverão estar devidamente identificados com adesivos ou placas a serem fornecidos pelo TRE/PB, indicando "A Serviço da Justiça Eleitoral".

4.2. Requisitos dos Motoristas

- **Habilitação:** Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a categoria do veículo (Categoria D), dentro do prazo de validade.
- **Conduta:** Apresentar certidões de antecedentes criminais negativas e manter conduta urbana, ética e cordial com os servidores e cidadãos.
- **Disponibilidade:** Estar disponível para cumprir integralmente o roteiro e o cronograma de horários definidos pelas Zonas Eleitorais, incluindo disponibilidade para viagens intermunicipais e tráfego em zonas rurais.

4.3. Requisitos da Empresa Contratada

- **Capacidade Técnica:** Comprovação de aptidão para gestão de frota de porte similar (logística de distribuição e recolhimento).
- **Plano de Contingência (Substituição):** A contratada deverá garantir a substituição de qualquer veículo ou motorista no prazo máximo de **2 (duas) horas** em caso de pane mecânica, acidente ou falta, para não comprometer o cronograma da eleição.
- **Manutenção:** Lubrificantes, pneus, manutenção preventiva/corretiva e seguro total do veículo correm por conta exclusiva da contratada.
- **Combustíveis:** Ficará a cargo da contratante, no ato da vistoria inicial, todos os veículos deverão apresentar-se com o tanque de combustível cheio.

4.4. Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

- **Emissões:** Os veículos devem atender aos padrões de emissão de poluentes estabelecidos pelo CONAMA (Proconve).

4.5. Critérios de Medição e Pagamento

- A medição será realizada por **diária de serviço efetivamente prestado** ou por **quilometragem rodada** (conforme definido no Termo de Referência final), mediante atesto da chefia do cartório eleitoral da respectiva zona.
- O pagamento estará condicionado à entrega das urnas e materiais nos destinos finais e ao cumprimento total do cronograma de recolhimento.

4.6. A Contratada deverá cumprir rigorosamente os cronogramas e roteiros de distribuição e recolhimento das Urnas Eletrônicas de demais materiais utilizados nas Eleições, elaborados pelo TRE/PB, cuja versão definitiva será apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias antes do início dos serviços. De forma geral, o cronograma preliminar fica estabelecido como segue:

1º turno

- Dias: 01.10.2026 e 02.10.2026 – início efetivo da prestação dos serviços, com execução do transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S para os municípios (LAT's);
- Dia: 02.10.2026 – transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S e/ou LAT's para os locais de votação;
- Dia: 03.10.2026 - transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S e/ou LAT's para os locais de votação;
- Dia: 04.10.2026 – após o término da votação e liberação, pelos Chefes de Cartórios, segue a realização do transporte das Urnas Eletrônicas dos Locais de Votação para os NVI'S.

2º turno

- Dias: 22.10.2026 e 23.10.2026 – início efetivo da prestação dos serviços, com execução do transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S para os municípios (LAT's);
- Dia: 24.10.2026 – transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI'S e/ou LAT's para os locais de votação;
- Dia: 25.10.2026 – após o término da votação e liberação, pelos Chefes de Cartórios, segue a realização do transporte das Urnas Eletrônicas dos Locais de Votação para os NVI'S.

- 4.6.1. – A Contratada deverá fornecer a relação dos veículos a serem disponibilizados para os serviços, com critérios a seguir: nome do motorista, tipo de veículo, placa do veículo, endereço e telefone do motorista. Havendo 2º turno e alguma alteração a Contratada deverá atualizar os dados 72 horas antes do início dos serviços.
- 4.6.2.– Manter, durante todo o contrato, o número de veículos, condutores na mesma quantidade contratada para a prestação dos serviços, substituindo, de imediato, o veículo ou condutor, que por ventura não se apresente em condições de executar o transporte/serviço dentro dos parâmetros de qualidade exigidos, independentemente de outros motivos, tais como rodízios, substituições, panes, etc...
- 4.6.3.– De acordo com as necessidades da Zona Eleitoral, o veículo utilizado na distribuição das Urnas Eletrônicas, deverá permanecer no município Sede para a realização de serviços relacionados à execução do Pleito Eleitoral, ficando sob a coordenação do respectivo Chefe do Cartório Eleitoral até o término da eleição, quando, obrigatoriamente, deverá realizar o serviços de recolhimento das Urnas Eletrônicas.
- 4.6.4.- Designar formalmente 01 (um) preposto para atuar permanentemente junto a cada um dos NVI's, com infraestrutura própria de comunicação (telefone móvel e e-mail) e autonomia gerencial, a partir do dia 28.09.2026, no horário das 8hs às 18hs, até a data do pleito (1º e 2º turno, se houver), à exceção da véspera e do dia da eleição, quando deverá estar presente durante toda execução da prestação dos serviços.
- 4.6.5 - O pessoal de apoio para carregamento/descarregamento do material nos NVI's, será fornecido por empresa contratada pelo TRE/PB.
- 4.6.6 - Não serão aceitos veículos em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência;
- 4.6.7 - A contratada deverá manter sede, filial ou escritório na cidade ou regiões metropolitanas onde se realizarão os serviços;
- 4.6.8 - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa n.º 1, de 19.01.2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 4.6.9 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;
- 4.6.10- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.6.11 - . Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato;
- 4.6.12 - A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato.

5 - Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar:

5.1. Levantamento de Mercado

O mercado de transporte e logística no estado da Paraíba apresenta ampla oferta para o serviço de locação de veículos tipo van. Foram analisadas as seguintes alternativas para o atendimento da demanda eleitoral:

- 1) **Utilização de Frota Própria:** Opção descartada, pois o TRE/PB não possui 332 veículos próprios com motoristas disponíveis. A aquisição definitiva geraria custos exorbitantes de manutenção, seguro e depreciação, além da ociosidade total da frota no período não-eleitoral.
- 2) **Transporte por Aplicativo/Táxi:** Inviável tecnicamente devido à necessidade de padronização, agendamento rígido de roteiros, transporte de carga (urnas) e permanência do motorista à disposição em locais remotos.
- 3) **Locação de Veículos sem Motorista:** Descartada pela falta de servidores em número suficiente para atuar exclusivamente como condutores durante todo o período, além da responsabilidade civil do órgão sobre sinistros.
- 4) **Locação de Veículos com Motorista (Solução Escolhida):** Demonstrou ser a prática consolidada na Justiça Eleitoral por transferir à contratada os riscos operacionais, custos de mobilização e a responsabilidade pela substituição imediata de veículos.

5.2. Justificativa da Solução Escolhida

A opção pela **locação de veículos tipo van, com motorista**, justifica-se pelos seguintes critérios técnicos e econômicos:

- **Eficiência Logística:** A van possui o porte ideal para o acesso a zonas rurais da Paraíba, mantendo capacidade de carga superior a carros de passeio e maior agilidade que caminhões.
- **Custo-Benefício:** A Administração paga apenas pelo período de uso efetivo (mobilização para as eleições). Estimativas de mercado indicam que o custo da diária com motorista é inferior ao custo de manter uma frota própria equivalente durante todo o ano.
- **Mitigação de Riscos:** Em caso de quebra ou acidente, o ônus da substituição imediata é da contratada, garantindo que o cronograma de votação e apuração não sofra atrasos.
- **Segurança Institucional:** A contratação permite o credenciamento prévio e rigoroso de todos os condutores, essencial para o transporte de material sensível (Urnas Eletrônicas).

5.3. Descrição do Modelo de Execução

A execução será baseada no histórico de sucesso das Eleições de 2024, mantendo a descentralização do atendimento para agilizar a entrega e coleta em todas as zonas eleitorais do estado.

Critério	Frota Própria	Solução Escolhida (Locação)
Investimento Inicial	Altíssimo (Compra de 332 Vans)	Zero (Pagamento por uso)
Manutenção/Seguro	Responsabilidade do TRE/PB	Responsabilidade da Contratada
Escalabilidade	Baixa (Frota Fixa)	Alta (Ajustável por Turno)

Risco Operacional

Retido pelo Órgão

Transferido à Empresa

RESUMO (1º e 2º Turno) Locações de veículos para transporte de urnas em 2022 - Eleições Gerais**JOÃO PESSOA/PB - 1º TURNO**

Qtd Veículos	Empresa	Objeto Contrato	QTD diárias	Valor Contrato
65	CECOL Contrato nº 38/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de João Pessoa	04 diárias	R\$ 166.400,00
48	CECOL Contrato nº 38/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de João Pessoa	03 diárias	R\$ 92.160,00
		Total locação de vans 2024		R\$ 258.560,00

CAMPINA GRANDE/PB - 1º TURNO

Qtd Veículos	Empresa	Objeto Contrato	QTD diárias	Valor Contrato
53	J.L.M. DE ALMEIDA Contrato nº 39/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Campina Grande/PB	04 diárias	R\$ 118.887,48
54	J.L.M. DE ALMEIDA Contrato nº 39/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Campina Grande/PB	03 diárias	R\$ 89.999,10
		Total locação de vans 2024		R\$ 208.886,58

PATOS/POMBAL e CAJAZEIRAS/PB - 1º TURNO

Qtd Veículos	Empresa	Objeto Contrato	QTD diárias	Valor Contrato
15	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Patos/PB	04 diárias	R\$ 33.894,60
38	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Patos/PB	03 diárias	R\$ 62.994,12
14	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Pombal/PB	04 diárias	R\$ 31.634,96
05	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Pombal/PB	03 diárias	R\$ 8.473,95
03	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Cajazeiras/PB	04 diárias	R\$ 6.778,92
24	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Cajazeiras/PB	03 diárias	R\$ 40.678,56
		Total locação de vans 2024		R\$ 184.455,11

JOÃO PESSOA/PB - 2º TURNO

Qtd Veículos	Empresa	Objeto Contrato	QTD diárias	Valor Contrato
65	CECOL Contrato nº 38/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de João Pessoa	04 diárias	R\$ 166.400,00
48	CECOL Contrato nº 38/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de João Pessoa	03 diárias	R\$ 92.160,00
Total locação de vans 2024				R\$ 258.560,00

CAMPINA GRANDE/PB - 2º TURNO

Qtd Veículos	Empresa	Objeto Contrato	QTD diárias	Valor Contrato
53	J.L.M. DE ALMEIDA Contrato nº 39/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Campina Grande/PB	04 diárias	R\$ 113.998,76
54	J.L.M. DE ALMEIDA Contrato nº 39/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Campina Grande/PB	03 diárias	R\$ 82.999,08
Total locação de vans 2024				R\$ 196.997,84

PATOS/POMBAL e CAJAZEIRAS/PB - 2º TURNO

Qtd Veículos	Empresa	Objeto Contrato	QTD diárias	Valor Contrato
15	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Patos/PB	04 diárias	R\$ 33.894,60
38	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Patos/PB	03 diárias	R\$ 62.994,12
14	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Pombal/PB	04 diárias	R\$ 31.634,96
05	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Pombal/PB	03 diárias	R\$ 8.473,95
03	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Cajazeiras/PB	04 diárias	R\$ 6.778,92
24	MAIS VIAGENS E TURISMO LTDA Contrato nº 40/2022	Transporte de Urnas Eletrônicas para Zonas Eleitorais pertencentes ao NVI de Cajazeiras/PB	03 diárias	R\$ 40.678,56
Total locação de vans 2024				R\$ 184.455,11

6 - Providências para adequação do ambiente do órgão:

Considerando a natureza da contratação (locação de 332 vans com motorista), as adequações não são de natureza física/obras, mas sim de natureza administrativa, logística e de segurança.

6.1. Designação de Fiscais e Gestores

- **Ação:** Designação formal, por meio de portaria, dos servidores que atuarão como fiscais técnicos e administrativos no TRE/PB em cada Zona Eleitoral.
- **Finalidade:** Garantir que haja um responsável em cada ponto de distribuição (NVIs/Cartórios) para atestar a presença dos veículos, conferir as condições das vans e assinar os boletins de medição.

6.2. Credenciamento e Identificação

- **Ação:** Elaboração de modelos de identificação visual (adesivos ou crachás) para os veículos e motoristas "A Serviço da Justiça Eleitoral".
- **Finalidade:** Facilitar a livre circulação das vans nos locais de votação e garantir o acesso prioritário em áreas de segurança, conforme as normas do TSE.

6.3. Definição de Rotas e Cronogramas

- **Ação:** A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Secretaria de Administração (SEAD) devem consolidar as planilhas de rotas (origem/destino) para entrega e recolhimento.
- **Finalidade:** Entregar à contratada, com antecedência mínima, o mapeamento exato de todos os locais de votação (urbanos e rurais) para planejamento de tempo.

6.4. Infraestrutura de Pátio e Logística (NVIs)

- **Ação:** Organização dos fluxos de entrada e saída nos Núcleos de Voto Informatizado (NVIs).
- **Finalidade:** Evitar congestionamentos durante o carregamento simultâneo das vans, garantindo que o carregamento das urnas ocorra de forma ordenada e segura.

6.5. Capacitação e Briefing

- **Ação:** Realização de reunião de alinhamento (presencial ou remota) com os prepostos da empresa contratada e, se possível, com os motoristas.
- **Finalidade:** Orientar sobre o manuseio cuidadoso das urnas eletrônicas, a proibição de transporte de pessoas alheias à Justiça Eleitoral e os protocolos de segurança em caso de incidentes.

6.6. Canal de Comunicação em Tempo Real

- **Ação:** Estabelecimento de um grupo de comunicação ou central de monitoramento para suporte durante o dia da eleição.
- **Finalidade:** Resolver imediatamente eventuais problemas de localização de motoristas ou necessidade de substituição de veículos (acionamento do plano de contingência).

7 - Estimativas de preços ou preços referenciais:**1º Turno**

LOCAÇÃO DE VANS PARA JOÃO PESSOA, CAMPINA GRANDE, PATOS, POMBAL e CAJAZEIRAS/PB - R\$ 870.000,00

2º Turno (Se houver)

LOCAÇÃO DE VANS PARA JOÃO PESSOA, CAMPINA GRANDE, PATOS, POMBAL e CAJAZEIRAS/PB - R\$ 870.000,00

8 - Justificativas para o não parcelamento da solução quando necessária para individualização do objeto (preencher, somente quando houver necessidade da contratação de vários itens de forma agrupada):

(Art. 18, § 1º, inciso VI da Lei n. 14.133/2021)

Embora a lei preveja o parcelamento como regra para ampliar a competitividade, no presente caso, a Administração opta pelo agrupamento dos itens (ou lote único estadual/regional), baseando-se nos seguintes fundamentos:

7.1. Responsabilidade e Comando Logístico Unificado

A logística das Eleições de 2026 exige uma coordenação centralizada e rigorosa. O parcelamento excessivo (ex: uma empresa por Zona Eleitoral) pulverizaria a responsabilidade, dificultando o controle por parte do TRE/PB. Com um fornecedor único (ou poucos grupos regionais), a Administração garante:

- **Unicidade de interlocução:** Um único preposto para resolver crises em larga escala.
- **Padronização de procedimentos:** Mesma qualidade de veículos e treinamento de motoristas em todo o estado ou região.

7.2. Ganho de Escala e Economia Processual

O agrupamento das 332 vans permite que empresas de maior porte ofereçam preços mais competitivos devido à economia de escala. Além disso:

- Reduz-se o custo administrativo de gerir dezenas de contratos distintos.

- Simplifica-se a fiscalização financeira e o processamento de pagamentos.

7.3. Garantia do Plano de Contingência

Um dos requisitos críticos é a substituição de veículos em até 2 horas. Uma empresa que detém um lote maior possui maior capacidade de manter **veículos de reserva (back-up)** e remanejar sua frota própria para cobrir eventuais falhas. Empresas pequenas, contratadas para itens isolados, dificilmente teriam estrutura para garantir essa substituição imediata, colocando em risco a pontualidade da votação.

7.4. Integridade do Processo Eleitoral

O transporte de urnas eletrônicas é uma atividade de segurança nacional. A fragmentação da solução entre múltiplos fornecedores pequenos aumenta o risco de falhas na cadeia de custódia e dificulta a implementação de protocolos de segurança uniformes.

Conclusão: O não parcelamento fundamenta-se na **viabilidade técnica e operacional**, visando evitar a perda de economia de escala e, principalmente, afastar o risco de colapso logístico que o fracionamento de responsabilidades poderia causar em um evento de tamanha magnitude e prazo fatal.

9 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

(Art. 18, § 1º, inciso XI da Lei n. 14.133/2021)

A contratação busca a otimização dos recursos do **TRE/PB**, focando em três pilares fundamentais de eficiência:

8.1. Economicidade e Eficiência Financeira

- **Redução de Custos Fixos:** A locação evita o desembolso imediato para aquisição de frota (CAPEX), estimado em milhões de reais, substituindo-o por uma despesa operacional (OPEX) proporcional apenas ao período de uso.
- **Eliminação de Gastos Acessórios:** Ao contratar a solução com motorista, o Tribunal se isenta de custos com seguro total, IPVA, licenciamento, pneus, lavagem e, principalmente, com a manutenção corretiva e preventiva de 332 veículos.
- **Previsibilidade Orçamentária:** O valor do contrato é fixo por diária ou serviço, evitando surpresas orçamentárias decorrentes de quebras de veículos ou variações abruptas no preço de peças de reposição.

8.2. Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos

- **Foco na Atividade-Fim:** A contratação permite que os servidores das Zonas Eleitorais e da Secretaria de Administração se concentrem na gestão do pleito e no suporte às urnas, em vez de atuarem como motoristas ou gestores de oficinas.
- **Redução de Passivo Trabalhista e Riscos:** A responsabilidade sobre os condutores é integral da empresa contratada. Isso otimiza o quadro de pessoal do Tribunal, que não precisaria realizar concursos ou contratações temporárias de motoristas para um evento de curta duração.

8.3. Melhor Aproveitamento de Recursos Materiais

- **Otimização de Espaço Físico:** O Tribunal não precisa dispor de pátios ou garagens para armazenar 332 vans durante os anos não-eleitorais.
- **Garantia de Tecnologia Atualizada:** O requisito de veículos com no máximo 8 anos de uso garante que a logística seja feita com motores mais eficientes e menos poluentes, além de reduzir o risco de paradas não programadas por falha mecânica.

Recurso	Sem a Contratação (Frota Própria/Diversa)	Com a Contratação (Solução Proposta)
Financeiro	Alto investimento em ativos que depreciam rápido.	Pagamento apenas pela demanda efetiva.
Humano	Desvio de função de servidores para dirigir ou gerir frota.	Foco total na integridade do voto e suporte técnico.
Material	Necessidade de almoxarifados de peças e oficinas.	Transferência total da infraestrutura para o privado.
Risco	O Estado assume o prejuízo em acidentes/panes.	Risco mitigado pela obrigação de substituição imediata.

8.4. Impacto Social e Sustentabilidade

- A contratação fomenta a economia local no estado da Paraíba, gerando postos de trabalho temporários para motoristas e movimentando o setor de locação de veículos, ao mesmo tempo em que garante que o recurso público seja aplicado de forma racional e estritamente necessária ao período eleitoral.

10 - Objeto:

Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a' da Lei n. 14.133/2021)

O objeto da presente contratação consiste na **locação de veículos tipo Van, com motorista** destinados a viabilizar a logística das **Eleições 2026 no Estado da Paraíba**.

9.1. Detalhamento do Objeto

A prestação dos serviços compreende as atividades de transporte especializado para:

- **Distribuição e Entrega:** Transporte de urnas eletrônicas e materiais de votação partindo dos Núcleos de Voto Informatizado (NVIs) para os Locais de Armazenamento Temporário (LATs), Cartórios Eleitorais e Locais de Votação (LVs).
- **Recolhimento e Logística Reversa:** Coleta das urnas e materiais remanescentes após o encerramento da votação, com destino aos pontos de apuração ou armazenamento designados pelo TRE/PB.

- **Transporte de Pessoal Estratégico:** Deslocamento eventual de servidores, técnicos de urna e supervisores diretamente envolvidos na preparação, suporte técnico e fiscalização do pleito.

9.2. Quantitativo Estimado

Com base no levantamento realizado junto às Zonas Eleitorais (Processo SEI 0006565-39.2025.6.15.8000), o quantitativo foi fixado em:

- **1º Turno:** 332 (trezentas e trinta e duas) vans.
- **2º Turno (se houver):** Até 332 (trezentas e trinta e duas) vans, conforme a necessidade das zonas eleitorais onde houver nova votação.

9.3. Abrangência Geográfica

A execução dos serviços ocorrerá em todo o território do Estado da Paraíba, abrangendo localidades em **áreas urbanas e rurais**, incluindo trajetos de difícil acesso, conforme os roteiros e cronogramas a serem estabelecidos pela contratante.

Especificação	Descrição
Tipo de Veículo	Van (Carga/Passageiro) com capacidade min. de 10m³.
Regime de Execução	Prestação de serviços por demanda (diárias).
Insumos Inclusos	Motorista, manutenção e seguros.
Prazo Crítico	Cumprimento rigoroso das janelas de carga e descarga (Dia E-1 e Dia E).

11 - Normativos que disciplinam os serviços ou a aquisição a serem contratados, de acordo com a sua natureza:

A contratação de serviços de transporte de urnas eletrônicas e materiais eleitorais rege-se pelo seguinte conjunto normativo:

10.1. Legislação Geral de Licitações

- **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos):** Regulamenta todo o processo de planejamento, seleção do fornecedor e gestão contratual, com destaque para o **art. 18** (fase preparatória) e **art. 6º** (definições).
- **Lei Complementar nº 123/2006:** Estabelece o tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), aplicável se houver parcelamento ou cotas regionais.

10.2. Normas Específicas da Justiça Eleitoral

- **Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965):** Estabelece as competências dos Tribunais e Cartórios no gerenciamento do pleito.
- **Resolução TSE nº 23.736/2024 (ou a vigente para 2026):** Dispõe sobre os atos preparatórios, a logística de transporte de urnas e a segurança do processo de votação e totalização.
- **Portarias da Presidência e Direção Geral do TRE/PB:** Normas internas que regulamentam a logística de distribuição e os cronogramas específicos de deslocamento para as Zonas Eleitorais da Paraíba.

10.3. Normas Técnicas e de Trânsito

- **Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997):** Disciplina os requisitos de segurança dos veículos, habilitação dos motoristas (Categoria D para vans) e transporte de carga e passageiros.
- **Resoluções do CONTRAN:** Normatizam o uso de equipamentos obrigatórios, sinalização de veículos e condições de trafegabilidade.
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022:** Rege a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e contratação de serviços.

10.4. Observância de Normas de Proteção de Dados (LGPD)

Considerando que a contratada terá acesso a locais restritos e lidará com o transporte de equipamentos sensíveis, a execução contratual deverá observar a **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**, especialmente quanto ao sigilo sobre os dados e roteiros estratégicos da Justiça Eleitoral.

12 - Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade (se houver):

13 - Declaração da viabilidade ou não da contratação:

A Comissão de Planejamento da contratação DECLARA, para os devidos fins, com base nos estudos preliminares ora apresentados, que a contratação dos serviços de condução de veículos, objeto dos presentes autos é plenamente viável.

CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO
CHEFE DA SEÇÃO DE TRANSPORTE

Documento assinado eletronicamente por CLÓVIS DE OLIVEIRA FILHO em 09/06/2026, às 07:07, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JOSÉ MARCONI DE ANDRADE MOREIRA
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ MARCONI DE ANDRADE MOREIRA em 09/06/2026, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MICHELLY PALMEIRA MEDEIROS
ANALISTA JUDICIÁRIO

Documento assinado eletronicamente por MICHELLY PALMEIRA MEDEIROS em 09/06/2026, às 10:55, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2403357&crc=3C911603, informando, caso não preenchido, o código verificador **2403357** e o código CRC **3C911603**.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026
(Processo SEI n.º 0006729-04.2025.6.15.8000)**

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

MINUTA - SECONT**CONTRATO Nº ____/2026**

Processo SEI nº 0006729-04.2025.6.15.8000

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, COM MOTORISTA, PARA TRANSPORTE DE URNAS ELETRÔNICAS, PESSOAL E MATERIAIS ESPECÍFICOS DAS ELEIÇÕES 2026 QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA E A EMPRESA _____.

Aos ____ dias do mês de ____ ano de dois mil e vinte e seis, compareceram, de um lado, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, CNPJ nº 06.017.798/0001-60, com foro na cidade de João Pessoa, situado na Av. Princesa Isabel, nº 201, Tambiá, Estado da Paraíba, CEP 58.020-911, neste ato representado por seu Secretário de Administração, **EDERSON DE ARAÚJO JÚNIOR**, CPF nº 910.XXX.404-XX, doravante designado **CONTRATANTE** e ou simplesmente **TRE/PB**, e, de outro lado, a empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida na _____, CEP.: _____, Telefone (____) _____, e-mail: _____, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por _____, CPF nº _____.XXX.____-XX, daqui por diante designada **CONTRATADA**, que têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação do serviço de locação de veículos, tipo Van, com motorista, para o transporte de urnas eletrônicas, materiais específicos das Eleições de 2026 no Estado da Paraíba e, eventualmente, de servidores diretamente envolvidos nos preparativos e execução das Eleições 2026, a serem executados de acordo com o especificado no Termo de Referência - Serviços nº 05/2025/2026 - TRE-PB/PTRE/DG/SAD/COSEG/SETRAN, Anexo I do Pregão Eletrônico nº ____/2026, que passa a fazer parte integrante deste ajuste, independentemente de transcrição.

1.2 - Os serviços serão prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência - Serviços nº 05/2025/2026 - TRE-PB/PTRE/DG/SAD/COSEG/SETRAN, que faz parte do presente contrato.

1.3 - Os requisitos da contratação estão previstos no item 4 do Termo de Referência.

1.4 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) o Termo de Referência;
- b) o Edital de Licitação;
- c) a Proposta do contratado;
- d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

2.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

3.1 - O CONTRATANTE se obriga a:

- a) Fornecer à CONTRATADA, os roteiros de distribuição e coleta de urnas e demais materiais, com endereços e nomes necessários a prestação dos serviços.
- b) Deverá ser procedida a vistoria de apresentação, onde serão verificados os seguintes itens: **odômetro inicial, equipamentos de segurança e condições gerais**. Após a conclusão dos serviços, deverá ser realizada nova vistoria e emitir Termo de Devolução.
- c) Designar Gestor e Fiscais Técnicos, indicando no mínimo 01 (um) para cada NVI, onde os mesmos irão aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no contrato, para efeito de pagamento.
- d) Efetuar o controle de ressarcimento de combustíveis, trajeto e utilização dos veículos, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Serviços Gerais, Seção de Transportes, com auxílio dos Fiscais Técnicos e Chefes de Cartórios e, demais servidores designados pela Administração do Tribunal.
- e) Receber os veículos devidamente abastecidos, devendo devolvê-los abastecidos, conforme o critério de 8km/litro.
- f) Permitir o acesso dos prepostos e funcionários da Contratada para execução dos serviços, onde necessário.
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos representantes e prepostos da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1 - A gestão do presente contrato e a fiscalização dos serviços serão realizadas de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como na Portaria nº 18/2018-SAO/DG, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

4.2 - Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços ajustados, diretamente ou por prepostos designados.

4.3 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos

observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Sem prejuízo de outros encargos previstos no Termo de Referência - Serviços nº 05/2025/2026 - TRE-PB/PTRE/DG/SAD/COSEG/SETRAN que norteou a presente contratação, constituem obrigações específicas da CONTRATADA:

5.1.1 - Cumprir rigorosamente os cronogramas e roteiros de distribuição e recolhimento das Urnas Eletrônicas e demais materiais utilizados nas Eleições, elaborados pelo TRE/PB, cuja versão definitiva será apresentada no **prazo máximo de 10 (dez) dias antes do início dos serviços**. De forma geral, o cronograma preliminar fica estabelecido como segue:

1º turno

- a) **Dias: 01.10.2026 e 02.10.2026** - início efetivo da prestação dos serviços, com execução do transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI's para os municípios (LAT's);
- b) **Dia: 02.10.2026** - transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI's e/ou LAT's para os locais de votação;
- c) **Dia: 03.10.2026** - transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI's e/ou LAT's para os locais de votação;
- d) **Dia: 04.10.2026** - após o término da votação e liberação, pelos Chefes de Cartórios, segue a realização do transporte das Urnas Eletrônicas dos Locais de Votação para os NVI's.

2º turno

- a) **Dias: 22.10.2026 e 23.10.2026** - início efetivo da prestação dos serviços, com execução do transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI's para os municípios (LAT's);
- b) **Dia: 24.10.2026** - transporte das Urnas Eletrônicas dos NVI's e/ou LAT's para os locais de votação;
- c) **Dia: 25.10.2026** - após o término da votação e liberação, pelos Chefes de Cartórios, segue a realização do transporte das Urnas Eletrônicas dos Locais de Votação para os NVI's.

5.1.2 - A Contratada deverá fornecer a relação dos veículos a serem disponibilizados para os serviços, com critérios a seguir: nome do motorista, tipo de veículo, placa do veículo, endereço e telefone do motorista. Havendo 2º turno e alguma alteração a Contratada deverá atualizar os dados 72 horas antes do início dos serviços.

5.1.3 - Manter, durante todo o contrato, o número de veículos, condutores na mesma quantidade contratada para a prestação dos serviços, substituindo, de imediato, o veículo ou condutor, que por ventura não se apresente em condições de executar o transporte/serviço dentro dos parâmetros de qualidade exigidos, independentemente de outros motivos, tais como rodízios, substituições, panes, etc...

5.1.4 - No dia de início da prestação dos serviços, os veículos e respectivos condutores alocados para a execução dos serviços, deverão apresentar-se nos locais especificados no Apêndice I deste Termo de Referência, **às 05h e 30min**, para realização de vistoria de apresentação, onde será verificado os seguintes itens:

- a) estado geral do veículo - boas condições de uso, situação dos pneus, carroceria e demais itens obrigatórios e de segurança;

b) documentação do veículo - o CRLV deverá estar atualizado.

5.1.5 - Os condutores dos veículos deverão apresentar-se por meio de designação formal da empresa, portando obrigatoriamente crachá, que será fornecido por esta, deverá constar: o nome do condutor os dizeres **"A SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL DA PARAÍBA – TRE/PB ELEIÇÕES 2026"**, devendo, também, portar a documentação pertinente. Os condutores deverão usar vestimenta adequada durante toda a execução do serviço à Justiça Eleitoral.

5.1.6 - Permitir, quando necessário, a retirada ou colocação de bancos e acessórios.

5.1.7 - Apresentar os veículos com velocímetro, odômetro e marcador do nível de combustível em pleno funcionamento, e completamente abastecidos.

5.1.8 - Disponibilizar apenas veículos preparados e aptos a viajar.

5.1.9 - Adesivar os veículos com identificação onde conste os dizeres **"À SERVIÇO DA JUSTIÇA ELEITORAL DA PARAÍBA – TRE/PB ELEIÇÕES 2026"**.

5.1.10 - Manter, durante todo o contrato, o número de veículos e condutores na mesma quantidade contratada para a prestação dos serviços, substituindo, de imediato, o veículo ou condutor, que por ventura não se apresente em condições de executar o transporte/serviço dentro dos parâmetros de qualidade exigidos, independentemente de outros motivos, tais como rodízios, substituições, panes, etc...

5.1.11 - De acordo com as necessidades da Zona Eleitoral, o veículo utilizado na distribuição das Urnas Eletrônicas, poderá permanecer no município Sede para a realização de serviços relacionados à execução do Pleito Eleitoral, ficando sob a tutela do respectivo Chefe do Cartório Eleitoral até o dia da eleição, quando, obrigatoriamente, deverá realizar o serviço de recolhimento das Urnas Eletrônicas.

5.1.12 - Obedecer, na prestação dos serviços, a toda a legislação pertinente.

5.1.13 - Cumprir fielmente o objeto contratado e suas condições, em conformidade com o estabelecido, comunicando imediatamente à Seção de Transportes - Gestor e/ou fiscais designados pela Administração, as ocorrências havidas, sabendo, desde já, que a(s) empresa(s) contratadas é(são) a(s) única(s) responsável(is) por prejuízos decorrentes de acidentes, infrações de trânsito e danos causados a terceiros ou ao material transportado.

5.1.14 - Responsabilizar-se, em relação aos profissionais disponibilizados para condução dos veículos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, tais como: pró-labore, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, uniforme, crachás e outras que sejam necessárias à plena execução do contrato.

5.1.15 - Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/PB que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

5.1.16 - Designar formalmente 01 (um) preposto para atuar permanentemente junto a cada um dos NVI's, com infraestrutura própria de comunicação (telefone móvel e e-mail) e autonomia gerencial, à partir do dia **28.09.2026, no horário das 8hs às 18hs**, até a data do pleito (1º e 2º turno, se houver), à exceção da véspera e do dia da eleição, quando deverá estar presente durante toda a execução da prestação dos serviços.

5.1.17 - Realizar reunião com o gestor e/ou fiscais do contrato designado pelo TRE/PB, ou representante por ele designado, após a definição dos roteiros, até os dias 28 de setembro de 2026 (1º turno) e 19 de outubro de 2026 (2º turno), para definição de questões administrativas.

5.1.18 - Transportar, quando necessário, servidor(es) designado(s) pela Justiça Eleitoral para acompanhar os roteiros de entrega de urnas e cabinas e/ou realizar serviços estritamente relacionados à execução do Pleito Eleitoral.

5.1.19 - Exigir que os prepostos mantenham atualizadas as planilhas de controle de serviços, repassando-as ao(s) gestor(es)/fiscal(is) do contrato designados pela

administração.

5.1.20 - Adotar as cautelas necessárias para o manuseio e transporte das urnas e demais materiais, observando as determinações da Justiça Eleitoral para tanto, acondicionando-os, exclusivamente, no interior dos veículos, de acordo com a vistoria e orientação dos fiscais do TRE/PB.

5.1.21 - **Os veículos deverão possuir seguro obrigatório**, ficando claro e certo que o TRE/PB não assumirá qualquer ônus advindo de sinistro, ocorrido dentro ou fora de suas dependências, nem pagamento de franquias ou indenizações a terceiros.

5.1.22 - Não deverá haver limite de quilometragem.

5.1.23 - Caso seja necessário, fornecer o combustível para execução dos serviços.

5.1.24 - Para fins de parâmetros de ressarcimento de combustíveis será utilizado o critério de 08 Km por litro rodado.

5.1.25 - Na execução dos serviços, se por algum motivo, devidamente autorizado e justificado, o veículo não puder ser abastecido pela contratada, o motorista deverá proceder o abastecimento, anotar quilometragem e guardar nota fiscal para posterior apresentação para ressarcimento, de forma que não haja interrupção nos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES PARTICULARES

6.1 - O CONTRATANTE não se responsabilizará por quaisquer serviços que venham a ser executados pela CONTRATADA, sem que tenham sido previstos no contrato ou fora de sua vigência;

6.2 - Não existirá, para o CONTRATANTE, solidariedade quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia, nos termos do art. 121, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

6.3 - É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

6.4 - O Tribunal não assumirá qualquer ônus advindo de sinistro ocorrido com os veículos locados, dentro ou fora de suas dependências, infrações de trânsito, nem pagamento de franquias ou indenizações a terceiros;

6.5 - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE, desde já, de forma irrevogável e irretratável, a compensar dos créditos futuros que venha a ter em face da prestação dos serviços objeto do presente contrato os danos ou prejuízos causados ao TRE/PB não cobertos pela garantia, nos termos do art. 368 e seguintes do Código Civil;

6.6 - Havendo divergência entre o contrato e o termo de referência, prevalecerá o constante no termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

7.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços ajustados, os seguintes valores:

GRUPO I – JOÃO PESSOA

I t	U n	Especificação	Qt d.	Períod o	N o	V al	Valo r
--------	--------	---------------	----------	-------------	--------	---------	-----------

Item	Unidade	Descrição	Qtd. de veículos	Período	Nº de diárias	Valor unitário da Diária	Valor total
1	Diária	Locação de veículo utilitário tipo VAN. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES.	56	Período de 02/10 a 04/10/2026 (03 diárias)	168	R\$	R\$
2	Diária	Locação de veículo utilitário tipo VAN. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES.	62	Período de 01/10 a 04/10/2026 (04 diárias)	248	R\$	R\$
Total da contratação referente apenas ao 1º Turno							R\$
3	Diária	Locação de veículo utilitário tipo VAN. SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES (se houver).	56	Período de 23/10 a 25/10/2026 (03 diárias)	168	R\$	R\$
4	Diária	Locação de veículo utilitário tipo VAN. SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES (se houver).	62	Período de 22/10 a 25/10/2026 (04 diárias)	248	R\$	R\$
Total da contratação referente apenas ao 2º Turno (se houver)							R\$

GRUPO II – CAMPINA GRANDE

Item	Unidade	Especificação	Qt d. de veículos	Período	Nº de diárias	Valor unitário	Valor total
------	---------	---------------	-------------------	---------	---------------	----------------	-------------

1	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES.	56	Período de 02/10 a 04/10/2026 (03 diárias)	1 6 8	R\$	R\$
2	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES.	53	Período de 01/10 a 04/10/2026 (04 diárias)	2 1 2	R\$	R\$
Total da contratação referente apenas ao 1º Turno							R\$
3	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES (se houver).	56	Período de 23/10 a 25/10/2026 (03 diárias)	1 6 8	R\$	R\$
4	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES (se houver).	53	Período de 22/10 a 25/10/2026 (04 diárias)	2 1 2	R\$	R\$
Total da contratação referente apenas ao 2º Turno (se houver)							R\$

GRUPO III – PATOS

I t e m	U n i d .	Especificação	Qt d. de ve í c ul os	Período	N o de di á r i as	V al or u n i tá r i o	Valo r total
1	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES.	30	Período de 02/10 a 04/10/2026 (03 diárias)	90	R\$	R\$
2	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES.	27	Período de 01/10 a 04/10/2026 (04 diárias)	10 8	R\$	R\$
Total da contratação referente apenas ao 1º Turno							R\$

3	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES (se houver).	30	Período de 23/10 a 25/10/2026 (03 diárias)	90	R\$	R\$
4	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES (se houver).	27	Período de 22/10 a 25/10/2026 (04 diárias)	108	R\$	R\$
Total da contratação referente apenas ao 2º Turno (se houver)							R\$

GRUPO IV – POMBAL

I t e m	U n i d .	Especificação	Qt d. de ve í c u l o s	Períod o	Nº de diá ria s	V a l o r u n i tá r i o	Valo r total
1	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES.	09	Período de 02/10 a 04/10/2026 (03 diárias)	27	R\$	R\$
2	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES.	11	Período de 01/10 a 04/10/2026 (04 diárias)	44	R\$	R\$
Total da contratação referente apenas ao 1º Turno							R\$
3	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES (se houver).	09	Período de 23/10 a 25/10/2026 (03 diárias)	27	R\$	R\$
4	D i á r i a	Locação de veículo utilitário tipo VAN. SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES (se houver).	11	Período de 22/10 a 25/10/2026 (04 diárias)	44	R\$	R\$

Total da contratação referente apenas ao 2º Turno (se houver)	R\$
--	------------

GRUPO V – CAJAZEIRAS

Item	Unid.	Especificação	Qt d. de veículos	Período	Nº de diárias	Valor unitário	Valor total
1	Diária	Locação de veículo utilitário tipo VAN. PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES.	31	Período de 02/10 a 04/10/2026 (03 diárias)	93	R\$	R\$
Total da contratação referente apenas ao 1º Turno							R\$
2	Diária	Locação de veículo utilitário tipo VAN. SEGUNDO TURNO DAS ELEIÇÕES (se houver).	31	Período de 23/10 a 25/10/2026 (03 diárias)	93	R\$	R\$
Total da contratação referente apenas ao 2º Turno (se houver)							R\$

7.2 - O Valor global da contratação, **caso haja apenas o primeiro turno das eleições**, é de **R\$ _____ (_____)**.

7.3 - O Valor global da contratação, **caso haja o primeiro turno e o segundo turno das eleições**, é de **R\$ _____ (_____)**.

7.4 - O valor global do serviço corresponderá ao número de diárias previstas, multiplicada pelo valor da diária correspondente.

7.5 - Fica estabelecido que, uma diária compreenderá ao período ininterrupto de 24 horas, desde as 05h de um dia até às 04h59 do dia subsequente.

7.6 - O valor de cada diária incluir todos os custos relativos à disponibilização integral e ininterrupta do serviço de transporte (veículos e respectivos condutores), incluindo os custos de alimentação, hospedagem, identificação e demais elementos necessários à plena execução do serviço, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência 05/2025 - SETRAN.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 - O pagamento será efetuado de acordo com a **quantidade de diárias efetivamente executada**, através de OBC - Ordem Bancária de Crédito, OBB - Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de

até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos do artigo 7º da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.1.1 - O prazo de que trata o item anterior **será reduzido à metade**, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.1.2 - A Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário com código de barras, **relativo ao serviço prestado**, deverá ser apresentado no Protocolo Geral do TRE/PB até o último dia do mês do faturamento, acompanhado da declaração de conta corrente própria, na qual deseja receber o referido pagamento, com a identificação da instituição financeira, nome e prefixo da agência correspondente;

8.1.3 - A comprovação da regularidade fiscal, para o pagamento, será verificada por meio do SICAF e do sítio da Justiça do Trabalho;

8.1.3.1 - Na impossibilidade de o CONTRATANTE ter acesso ao SICAF e/ou ao sítio da Justiça do Trabalho, a comprovação da regularidade fiscal deverá ser realizada mediante a apresentação, pela CONTRATADA, da documentação descrita no item 5.1.25 da CLÁUSULA QUINTA.

8.1.4 - A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso;

8.1.4.1 - Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal/fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

8.1.4.2 - O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

8.2 - O CONTRATANTE se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do gestor do contrato, este verificar que o serviço foi executado em desacordo com o especificado no ajuste;

8.3 - O CONTRATANTE poderá reter ou glosar o pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

8.3.1 - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida a atividade contratada.

8.3.2 - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.4 - Caso a CONTRATADA tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração;

8.5 - Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE/PB procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX}{100).$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM= Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP - Valor da parcela em atraso

8.6 - Os critérios de pagamento também estão descritos no item 11 do Termo de Referência - Serviços nº 05/2025/2026 - TRE-PB/PTRE/DG/SAD/COSEG/SETRAN.

CLÁUSULA NONA - CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

9.1 - Os critérios de sustentabilidade estão descritos no item 15 do Termo de Referência - Serviços nº 05/2025/2026 - TRE-PB/PTRE/DG/SAD/COSEG/SETRAN.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1 - O presente contrato tem vigência a partir da data de sua assinatura até o **dia 30/10/2026** ou até o cumprimento integral do seu objeto, com a efetiva devolução dos veículos, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

11.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11.2 - O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.4 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

11.5 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Unidade Gestora:

II - Elemento de Despesa:

III - Programa de Trabalho:

IV - Plano Interno:

V - Nota de Empenho:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- h) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" do item 13.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "g", "h", "i", "j", "k" do item 13.1, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) **Multa**:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

13.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º). Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

13.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

13.7 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.8 - A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

13.9 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10 - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, requererá a condução de processo de responsabilização por Comissão Permanente de Responsabilização de Licitantes e Contratados - CPRLC.

13.11 - Para a aplicação de qualquer sanção, deverá ser adotado o procedimento previsto neste instrumento, na [Portaria nº 301/2023 TRE-PB/PTRE/ASPRE](#) e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA

14.1 - A CONTRATADA deverá apresentar garantia **de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato**, cabendo-lhe optar por uma das modalidades constantes no art. 96, § 1º da Lei n. 14.133/2021, quais sejam:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

14.1.1. Para a modalidade de seguro-garantia, o prazo para apresentação é de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

14.1.2. Para as demais modalidades, deverá apresentá-la até o ato de assinatura do Contrato.

14.1.3. Somente serão aceitas garantias nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária emitidas por instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados e pelo Banco Central do Brasil, respectivamente.

14.1.4. Se a garantia for prestada na modalidade seguro-garantia, a apólice deverá ter **vigência de no mínimo 90 (noventa) dias, após o encerramento da vigência do contrato.**

14.2 - A garantia prestada pela CONTRATADA, em qualquer modalidade, deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada, bem como obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

14.3 - Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem, expressamente, os eventos indicados nos itens "a" a "d" do item anterior, observada a legislação de regência.

14.4 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante.

14.5 - Será considerada extinta a garantia:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, emitido pelo Gestor/Comissão de gestão do Contrato, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

14.6 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.7 - A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, se for o caso.

14.8 - Caso a comprovação do pagamento das verbas rescisórias trabalhistas ou da realocação dos empregados não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência deste ajuste, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI No 13.709/2018

15.1 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

15.2 - Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como números do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

15.3 - As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei no 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

15.4 - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.5 - A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

15.6 - As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

15.7 - As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1 - Ficarão o presente contrato extinto quando vencido o prazo nele estipulado.

16.2 - Poderá o contrato ser extinto, ainda, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL

17.1 - O presente contrato tem apoio legal no Pregão Eletrônico nº ____/2026 – TRE/PB e reger-se-á por suas cláusulas e pelos termos da proposta da firma vencedora, e foi celebrado de acordo com o contido no Processo SEI nº 0006729-04.2025.6.15.8000.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 - Para dirimir questões deste Contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado e assinado eletronicamente pelas partes.

João Pessoa, ____ de _____ de 2026.

MICHELLY PALMEIRA MEDEIROS
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente por MICHELLY PALMEIRA MEDEIROS em 17/06/2026, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2411664&crc=16516752, informando, caso não preenchido, o código verificador **2411664** e o código CRC **16516752**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026
(Processo SEI n.º 0006729-04.2025.6.15.8000)

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO
DISPOSTO NO ART. 3º DA RESOLUÇÃO Nº 07 DO CNJ**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARO, para fins do disposto no art 3º da Resolução do CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, com a nova redação que lhe foi dada pela Resolução do CNJ nº 09 do CNJ e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea “a” do Enunciado Administrativo nº 01, que a nossa empresa não tem e nem contratará *DIRETORES* e *OCUPANTES DE FUNÇÃO DE GESTÃO DA EMPRESA*, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PB, durante o período de vigência do contrato decorrente deste certame.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026
(Processo SEI n.º 0006729-04.2025.6.15.8000)

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO
DISPOSTO NO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____ , inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARO, para fins do disposto no artigo 4º da Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012 do CNJ, que a nossa empresa não colocará empregados para o exercício de funções de chefia que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da mencionada Resolução, devendo tal condição ser mantida durante todo o contrato.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026
(Processo SEI n.º 0006729-04.2025.6.15.8000)

ANEXO VII

**MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS
INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA – CONTRATAÇÕES**

Anexo do Contrato nº _____, celebrado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e a empresa _____.

_____ inscrita no CNPJ nº _____, nesse ato representada por _____, inscrita(o) no CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente **Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações**, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do **Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**, segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo **TRE-PB**, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução desta contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira – A **Contratada** reconhece que, com a aceitação do presente termo, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações restritas ou sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do **TRE-PB**, comprometendo-se a **Contratada** a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do **TRE-PB** ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas.

Cláusula Segunda – A **Contratada** reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo **TRE-PB**, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do **TRE-PB** deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

Cláusula Terceira – A **Contratada** obriga-se a informar ao **TRE-PB**, imediatamente, qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

Cláusula Quarta – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a **Contratada** e o **TRE-PB**.

Cláusula Quinta – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para

proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

Cláusula Sexta – A **Contratada** compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura **Declaração de Ciência**, conforme modelo anexo.

Cláusula Sétima – A celebração do **Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações** e da **Declaração de Ciência** não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2026
(Processo SEI n.º 0006729-04.2025.6.15.8000)

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Anexo do Contrato nº _____, celebrado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e a empresa _____.

O(s) funcionário(s) e funcionária(s) abaixo qualificado(s) e qualificada(s) declara(m) ter pleno conhecimento do teor do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba firmado pela Empresa _____ com o TRE-PB, e assume(m) a obrigação de cumpri-lo em sua integralidade, sob pena de responsabilização, na forma da lei.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, a presente Declaração de Ciência é assinada pela(s) parte(s) declarante(s).

Identificação do(s) declarante(s)

Nome	Identidade	CPF	Função
-------------	-------------------	------------	---------------